



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
GABINETE DO REITOR

PLANO DE INTEGRIDADE

2019

Santa Maria, RS/2019.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Presidente da República

RICARDO VÉLEZ-RODRÍGUEZ
Ministro de Estado da Educação

MAURO RABELO
Secretário de Educação Superior

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

PAULO AFONSO BURMANN

Reitor

LUCIANO SCHUCH
Vice-Reitor

GETULIO ROCHA RETAMOSO
Chefe de Gabinete do Reitor

MARIONALDO DA COSTA FERREIRA
Secretário Geral

PRÓ-REITORIAS:

JOSÉ CARLOS SEGALLA
Pró-Reitor de Administração

CLAYTON HILLIG
Pró-Reitor de Assuntos Estudantis

FLAVI FERREIRA LISBOA FILHO
Pró-Reitora de Extensão

MARTHA BOHRER ADAIME
Pró-Reitora de Graduação

FRANK LEONARDO CASADO
Pró-Reitor de Planejamento

PAULO RENATO SCHNEIDER
Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa

MARCIA HELENA DO NASCIMENTO LORENTZ
Pró-Reitora de Gestão de Pessoas

JOSÉ MARIO DOLEYS SOARES
Pró-Reitor de Infraestrutura

RUBEM CORRÊA DA ROSA
Procurador Geral

IVAN HENRIQUE VEY
Auditor-Chefe

Comitê de Governança, Riscos e Controle

Paulo Afonso Burmann (Reitor)
José Carlos Segalla (PRA)
Márcia Helena do Nascimento Lorentz (PROGEP)
Martha Bohrer Adaime (PROGRAD)
Frank Leonardo Casado (PROPLAN)
Paulo Renato Schneider (PRPGP)
Claudio Antônio Esteves (CAL)
Rogério Brittes da Silva (Campus Cachoeira do Sul)
Arci Dirceu Wastowski (Campus Frederico Westphalen)
Rafael Lazzari (Campus Palmeira das Missões)
Sonia Terezinha Zanini Cechin (CCNE)
Sandro Luis Petter Medeiros (CCR)
José Edson Paz da Silva (CCS)
Mauri Leodir Lobler (CCSH)
Ane Carine Meurer (CE)
Rosalvo Luis Sawitzki (CEFD)
Tiago Bandeira Marchezan (CT)
Valmir Aita (Colégio Politécnico)
Rafael Adaime Pinto (CTISM)
Viviane Ache Cancian (Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo)
Valdemir Rodrigues Vieira dos Santos (COPSIA)
Gustavo Chiapinotto da Silva (CPD)
Jorge Renato Alves da Silva (Ouvidoria)
Henrique Mayer (Representante dicente)
Elisete Kronbauer (Representante dosTAEs)

Substitutos no Comitê de Governança, Riscos e Controle

Luciano Schuch (Vice-Reitor)
Isabel Bohrer Scherer (PRA)
Paula Borges Tronco (PROGEP)
Jerônimo Siqueira Tybusch (PROGRAD)
Joeder Campos Soares (PROPLAN)
José Fernando Schlosser (PRPGP)
Cristiane Fuzer (CAL)
Lucas Delongui (Campus Cachoeira do Sul)
Igor Senger (Campus Frederico Westphalen)
Adriano Lago (Campus Palmeira das Missões)
José Neri Gottfried Paniz (CCNE)
Toshio Nishijima (CCR)
Gilmor José Farenzena (CCS)
Wanderlei José Ghilardi (CCSH)
Aruna Noal Correa (CE)
Gustavo de Oliveira Duarte (CEFD)
Tatiana Cervo (CT)
Marta Von Ende (Colégio Politécnico)
Fabio Teixeira Franciscato (CTISM)
Juliana Goelzer (Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo)
Josiane dos Santos Souza Borges (COPSIA)
Giuliano Geraldo Lopes Ferreira (CPD)
Marcelo Tascheto da Silva (Ouvidoria)
Luiz Gustavo Dartora (Representante dicente)
Diana Dias Sampaio (Representante dosTAEs)

Grupo de Trabalho de Elaboração do Plano de Integridade

Alessandra Bavaresco (DEMAPA)
Andréa Machado Severo (Comissão de Ética)
Daniel Arruda Coronel (Comissão de Ética)
Elisete Kronbauer (PROPLAN)
Jorge Renato Alves da Silva (Ouvidoria)

Josiane dos Santos Souza Borges (COPSIA)
Frank Leonardo Casado (PROPLAN)
Liteli Tadiello Bedinoto Farias (Auditoria)
Paula Borges Tronco (PROGEP)
Rafael Santos de Oliveira (Comissão de Ética)
Valdemir Rodrigues Vieira dos Santos (COPSIA)

Elaboração e Organização
Elisete Kronbauer (PROPLAN)

Palavra do Reitor

A UFSM é uma Instituição Federal de Educação Superior, alicerçada no respeito aos valores, princípios e normas éticas para sustentar e priorizar o interesse público. É uma Universidade que tem por:

- *Missão: “Construir e difundir conhecimento, comprometida com a formação de pessoas capazes de inovar e contribuir com o desenvolvimento da sociedade, de modo sustentável”;*
- *Visão: “Ser reconhecida como uma instituição de excelência na construção e difusão do conhecimento, comprometida com o desenvolvimento da sociedade, de modo inovador e sustentável”;*
- *Valores: Liberdade; Democracia; Ética; Justiça; Respeito à identidade e à diversidade; Compromisso social; Inovação; e Responsabilidade.*

Nesse sentido e de maneira análoga aos preceitos da governança, temos como pretensão ser uma instituição aberta ao diálogo franco com os estudantes, os docentes, os técnicos administrativos, os gestores e a comunidade em geral.

Estamos buscando realizar ações tendo como base a eficiência, a eficácia e a efetividade, para propiciar o ensino público e de qualidade, para desenvolver pesquisas de acordo com necessidades sociais, para internacionalizar a instituição e para transferir conhecimento e tecnologia para a sociedade.

Apostamos em um modelo de gestão que busca o protagonismo em termos de qualidade nos processos, nos serviços prestados à comunidade e no controle e transparência dos gastos e dos investimentos públicos, no qual as decisões são tomadas de maneira compartilhada e o diálogo é adotado como ferramenta principal.

Entre os esforços de melhorias na gestão está o aprimoramento da Governança Pública da UFSM. Desde meados de 2018 vem se discutindo os temas Gestão de Riscos, Governança e Integridade, de modo que um dos resultados desses esforços é o Plano de Integridade.

Para finalizar, reafirmamos nosso compromisso com cumprimento dos princípios da gestão pública definidos na carta magna.

Paulo Afonso Burmann

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Vista aérea da UFSM em 1973.	10
Figura 2: Organograma da Universidade Federal de Santa Maria.	13
Figura 3 - Relação entre governança e gestão	20
Figura 4- Sistema de Governança da UFSM	21
Figura 5 - Níveis de Planejamento da UFSM	22
Figura 6 - Mapa estratégico do PDI 2016 – 2026	25
Figura 7 - Esquema do plano de metas da UFSM para o período 2018-2021.....	27
Figura 8 - Estrutura de integridade da UFSM.....	33

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Cursos desenvolvidos pela PROGEP42

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Elementos da identificação e avaliações dos riscos.....	46
--------------------------------------------------------------------	----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA.....	9
2.1 Estrutura Administrativa da UFSM.....	12
2.1.1. Órgãos da Administração Superior	14
2.1.2. Unidades Universitárias – Administração Intermediária	19
2.2. Modelo de Governança e Gestão da UFSM	20
2.3. Modelo de Planejamento da UFSM	21
2.3.1. Sobre o PDI 2016-2026.....	23
2.3.2. Sobre o Plano de Gestão 2018-2021	26
3. BASE LEGAL INTERNA DO PLANO DE INTEGRIDADE DA UFSM	28
4. UNIDADE RESPONSÁVEL E INSTÂNCIAS DE INTEGRIDADE.....	32
4.1. Comitê de Governança, Riscos e Controles	33
4.2. Comissão de Ética.....	35
4.3. Ouvidoria	37
4.4. Corregedoria Interna.....	38
4.5. Auditoria Interna	39
4.6. Serviço de Acesso à Informação.....	40
4.7. Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas	41
5. METODOLOGIA.....	44
6. MAPA DOS RISCOS DE INTEGRIDADE.....	47
7. MONITORAMENTO E ATUALIZAÇÃO PERIÓDICA	48
ANEXOS	49
Anexo 1 – Modelo de Identificação de Eventos de Riscos	51
Anexo 2 – Modelo de Identificação dos controles existentes	52
Anexo 3 - Levantamento da situação das unidades de integridade	53
Anexo 4 – Mapa dos Riscos de Integridade	57

1. INTRODUÇÃO

Entre os esforços de aprimoramento da Governança Pública, desde abril de 2018 a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) vem trabalhando na definição deste Plano de Integridade.

A definição do plano está sob responsabilidade do Comitê de Governança, Riscos e Controles (CGRC), instituído na UFSM em 24 de janeiro de 2018, através da Resolução n. 018/2017, a qual, também, aprovou o Regulamento da Política de Gestão de Riscos, no âmbito da Universidade Federal de Santa Maria.

A ação encontra respaldo no Decreto n. 9.203/17, que estabelece a Política de Governança na Administração Pública e nas Portarias da Controladoria Geral da União n. 1.089/2018 e n. 57/2019. Essas portarias definiram o que deveria ser implantado, diretrizes, etapas e estabeleceu o prazo para que os órgãos federais criem um plano de integridade.

A elaboração do plano visa fortalecer o respeito aos valores, princípios e normas éticas comuns para sustentar e priorizar o interesse público por meio de mecanismos para prevenir, detectar, corrigir e buscar a responsabilização em fraudes e atos de corrupção, bem como buscar o fortalecimento do sistema de controle interno, conforme atribuições definidas a cada parte envolvida no processo.

O fortalecimento das unidades de controle e a definição do Plano de Integridade vem ao encontro do objetivo estratégico do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2016-2026 “Fortalecer políticas de governança, transparência e profissionalização da gestão”, bem como dos valores institucionais: Ética, Justiça, Respeito à Identidade e à Diversidade, Compromisso Social e Responsabilidade.

O Plano de Integridade está dividido em sete partes. Na primeira parte consta a introdução, na segunda parte é feita a apresentação da instituição, sua estrutura, sistema de governança e sistema de planejamento, na terceira parte é apresentada a base legal interna do plano de integridade; na quarta parte apresenta a unidade responsável e as instâncias de integridade, na quinta parte é apresentada a metodologia adotada; na sexta parte é apresentado o mapa dos riscos de integridade e na última parte são apresentadas as informações de monitoramento e de atualização periódica do documento.

2. A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

A Universidade Federal de Santa Maria é uma Instituição Federal de Ensino Superior, constituída como Autarquia Especial vinculada ao Ministério da Educação. Está localizada na Cidade de Santa Maria, situada no Centro Geográfico do Rio Grande do Sul (latitude de 29° 33' 06" S e longitude de 53° 46' 02" O), distante 290 km da capital do estado, Porto Alegre. Tem sua sede localizada no Bairro Camobi, na Cidade Universitária "Prof. José Mariano da Rocha Filho", onde acontece a maior parte de suas atividades acadêmicas e administrativas. Possui, ainda, quatro Campi fora de sede, um em Frederico Westphalen, um em Palmeira das Missões, um em Silveira Martins e outro em Cachoeira do Sul.

Idealizada e fundada pelo Prof. Dr. José Mariano da Rocha Filho, foi criada pela Lei n. 3.834-C, de 14 de dezembro de 1960, com a denominação de Universidade de Santa Maria – USM. O ato oficial de criação deu-se juntamente com a criação da Universidade Federal de Goiás, no dia 18 de março de 1961, em cerimônia realizada em praça pública, na cidade de Goiânia, ocasião em que o então Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira discorreu sobre a necessidade de interiorizar o ensino superior oficial.

A Universidade Federal de Santa Maria foi a primeira universidade federal criada no interior, fora de uma capital brasileira. Esse fato representou um marco importante no processo de interiorização do ensino universitário público no Brasil e contribuiu para o Rio Grande do Sul tornar-se o primeiro Estado da Federação a contar com duas universidades federais.

A regulamentação das suas atividades está ancorada na Lei n. 9.394, Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996; pelo Estatuto, aprovado pela Portaria/MEC n. 156, de 12 de março de 2014 e pelo Regimento Geral, aprovado na 722ª Sessão do Conselho Universitário, pelo Parecer n. 031/2011, de 15 de abril de 2011, e Resolução n. 06, de 28 de abril de 2011, publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, n. 151, de 8 de agosto de 2014.

Ao iniciar suas atividades, em 1960, contava com a Faculdade de Farmácia, de Medicina, de Odontologia e o Instituto Eletrotécnico do Centro Politécnico. Em 1962, o Estatuto da USM instituiu os seguintes órgãos: Administração Universitária, composta de Assembleia Universitária, Conselho Universitário e Reitoria; oito Faculdades Federais (Farmácia, Medicina, Odontologia, Politécnica, Agronomia, de Veterinária, Belas Artes e Filosofia, Ciências e Letras); e vinte Institutos (Física, de Matemática, Química, Anatomia, Fisiologia, Patologia, Farmacologia, Ciências Naturais, Pesquisas Bioquímicas, Parasitologia e Micologia, de Microbiologia e Imunologia, Medicina Preventiva, Histologia, Embriologia e Genética, Zootecnia, de Mecânica, Tecnologia, Solos e Cultura, Fala e Nutrologia e Bromatologia).

A Universidade foi federalizada pela Lei n. 4.759, de 20 de agosto de 1965, e passou a denominar-se, então, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). O Parecer n. 465/71/CFE aprovou o Estatuto UFSM/1970, que reestruturou a UFSM, com a criação dos seguintes órgãos na sua estrutura superior, o Conselho de Ensino e Pesquisa, o Conselho de Curadores e a Reitoria; na sua estrutura intermediária, as Faculdades e Institutos foram substituídos por oito Unidades de Ensino, sendo uma de Estudos Básicos e sete de Formação Profissional; na sua estrutura inferior, os Departamentos Didáticos. A seguir, consta uma imagem histórica da UFSM (Figura 1).



Figura 1: Vista aérea da UFSM em 1973.

No Estatuto UFSM/1978, foi realizada uma nova reestruturação nos Centros de Ensino, criando, transformando ou alterando a denominação das oito Unidades de Ensino para Centros e criando as Pró-Reitorias e subunidades.

No Estatuto UFSM/2010, estabeleceu em sua constituição dez Unidades Universitárias: Centro de Artes e Letras, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Centro de Ciências Rurais, Centro de Ciências da Saúde, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Centro de Educação, Centro de Educação Física e Desportos, Centro de Educação Superior Norte-RS, Centro de Tecnologia e Unidade Descentralizada de Educação Superior de Silveira Martins-RS.

A atual estrutura estabelece a constituição de doze Unidades Universitárias: Centro de Artes e Letras, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Centro de Ciências Rurais, Centro de Ciências da Saúde, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Centro de Educação, Centro de Educação Física e Desportos, Centro de Tecnologia, Unidade Descentralizada de Educação Superior de Silveira Martins-RS, UFSM Cachoeira do Sul, UFSM Palmeira das Missões e UFSM Frederico Westphalen. Além disso, a Instituição possui três unidades de educação básica, técnica e tecnológica: o Colégio Técnico Industrial de Santa Maria, o Colégio Politécnico da Universidade Federal de Santa Maria e a Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo.

No ensino presencial oferece 113 cursos/habilitações de graduação e 94 Cursos de Pós-Graduação permanentes, sendo 30 de doutorado, 55 de mestrado e 9 de especialização, oferece um Programa de Pós-Doutorado¹.

Nas unidades de educação básica, técnica e tecnológica, acontecem as modalidades de educação básica, técnica e tecnológica, agregando recentemente o ensino de pós-graduação profissional, na modalidade de mestrado. Na graduação são treze cursos superiores de tecnologia, na educação básica e técnica são 22 e no ensino médio 6². Além disso, os colégios atuam na educação continuada de nível técnico e no ensino de jovens e adultos.

A Instituição incorporou o Ensino a Distância (EaD) no ano de 2004. A aprovação ocorreu na 632ª Sessão do Conselho Universitário, de 23 de janeiro de 2004. A regulamentação foi feita pela Resolução n. 002/2004, de 30 de janeiro de

¹ Dados de 10.05.2016, fonte: Portal Indicadores UFSM

² Dados de 10.05.2016, fonte: Portal Indicadores UFSM. Embora não tenha oferta de vagas foi incluído o CAFW pois ainda há alunos matriculados

2004, e pela Portaria n. 4.208, de 17 de dezembro de 2004, do Ministério da Educação. O credenciamento para atuar nessa modalidade de ensino deu-se pela implementação do Curso de Graduação em Educação Especial (licenciatura) e do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação Especial – Audiocomunicação e Deficientes Mentais.

O corpo discente é constituído de 26.377 estudantes, em todas as modalidades de ensino. No ensino presencial, a graduação, totaliza 19.707; na pós-graduação, 4.400; e na educação básica e técnica, 2.270 estudantes. No ensino a distância, são 1.052 estudantes de graduação, 706 de pós-graduação e 938 na educação básica e técnica³.

O quadro de pessoal conta com 4.731 servidores, incluindo docentes do ensino superior, docentes da educação básica, técnica e tecnológica e técnico-administrativos em educação. Destes 1.798 são docentes permanentes de nível superior e 148 da educação básica, técnica e tecnológica, além de 2.785 técnico-administrativos em educação, dos quais 1.091 atuam no Hospital Universitário de Santa Maria (HUSM)⁴.

2.1 Estrutura Administrativa da UFSM

A organização administrativa e acadêmica da Universidade Federal de Santa Maria está prevista no seu Estatuto, aprovado pela Portaria/MEC n. 156, de 12 de março de 2014, e regulamentada pelo seu Regimento Geral, aprovado na 722^a Sessão do Conselho Universitário, pelo Parecer n. 031/2011, de 15 de abril de 2011.

A Universidade Federal de Santa Maria é constituída pela Administração Superior, Unidades Universitárias e Unidades de Ensino Médio, Técnico e Tecnológico. Conta ainda com Órgãos Suplementares Centrais e Setoriais, que proporcionam a assistência e o apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Os níveis hierárquicos para administração e coordenação das atividades da Instituição estão assim estabelecidos: superior, intermediário e inferior. O nível superior é constituído pelos Conselhos Superiores e Reitoria; o intermediário, pelas Unidades Universitárias e Órgãos Suplementares; e o inferior, pelos Departamentos.

³ Dados de 05.05.2016, Fonte: Portal Indicadores UFSM

⁴ Dados de 05.05.2016, Fonte: Portal Indicadores UFSM

O organograma da UFSM é o que consta na Figura 2.

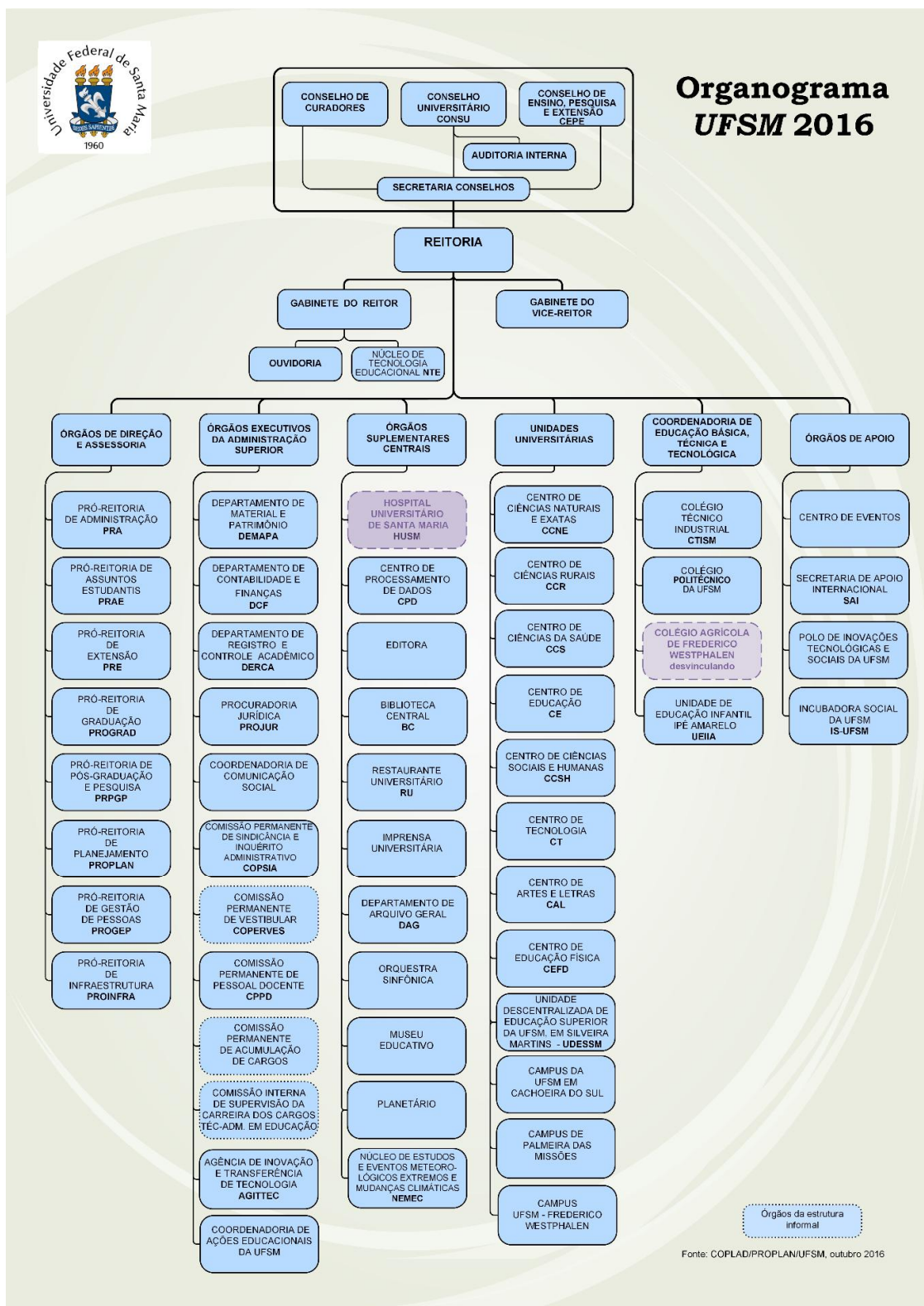


Figura 2: Organograma da Universidade Federal de Santa Maria.

2.1.1. Órgãos da Administração Superior

A Administração Superior é constituída e desempenhada por órgãos de deliberação coletiva e de execução. Os órgãos de deliberação coletiva são: Conselho Universitário, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e Conselho de Curadores, os quais deliberam sobre assuntos específicos de acordo com sua competência. Os órgãos de execução são coordenados pela Reitoria, que é exercida pelo Reitor e é constituída pelas Pró-Reitorias, Órgãos Executivos, Órgãos Suplementares Centrais, Coordenadoria de Educação Básica, Técnica e Tecnológica e Órgãos de Apoio: Centro de Eventos, Secretaria de Apoio Internacional, Polo de Inovações Tecnológicas e Sociais da UFSM e Incubadora Social da UFSM.

Órgãos de deliberação coletiva

Conselho Universitário (CONSU): o CONSU é o colegiado máximo de deliberação coletiva para assuntos administrativos e de definição da política geral da UFSM, tendo a Auditoria Interna como um órgão de assessoria. Cabe ao CONSU, em conjunto com o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) e o Conselho de Curadores, indicar a lista tríplice para provimento do cargo de Reitor e Vice-Reitor. As atribuições do CONSU são fixadas no estatuto e no regimento da UFSM, bem como no regimento interno do próprio CONSU. Dentre as atribuições do CONSU estão atividades como: a fixação de políticas universitárias, a aprovação de regimentos e do próprio estatuto da Universidade, a aprovação da proposta orçamentária, a homologação da prestação de contas da Reitoria. Também é responsabilidade do CONSU encaminhar aos órgãos competentes propostas de criação de Unidades Universitárias e, à vista de planos aprovados pelo CEPE, decidir sobre a criação de cursos de pós-graduação, graduação e ensino médio, técnico e tecnológico.

Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE): o CEPE é o órgão superior deliberativo e consultivo da UFSM, para todos os assuntos de ensino, pesquisa e extensão. As atribuições do CEPE são fixadas no estatuto e no regimento da UFSM, bem como no regimento interno do próprio CEPE. Além de indicar, em conjunto com o CONSU e o Conselho de Curadores, a lista tríplice para provimento do cargo de Reitor e Vice-Reitor, dentre as atribuições do CEPE estão atividades como: a superintendência e coordenação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, a aprovação do calendário acadêmico, de currículos, programas e normas sobre o

processo de seleção para ingresso no ensino superior. O CEPE também decide sobre a criação, modificação e extinção de cursos e vagas, além de avaliar a programação das pesquisas e atividades de extensão e emitir parecer sobre a distribuição de cargos e funções de pessoal docente e bolsas para admissão de monitores.

Conselho de Curadores (CURADORES): o CURADORES é o órgão de controle e fiscalização econômico-financeira da UFSM. As atribuições do CURADORES são fixadas no estatuto e no regimento da UFSM. Além de indicar a lista tríplice para provimento do cargo de Reitor e Vice-Reitor, junto com o CONSU e o CEPE, cabe ao CURADORES fiscalizar a execução orçamentária, apreciar a prestação de contas anual e encaminhá-la ao CONSU, fiscalizar despesas com acordos ou convênios de pesquisa e fixar tabelas de taxas e emolumentos devidos à Universidade, propondo sua homologação ao CONSU.

Órgãos de execução

A *Reitoria*, exercida pelo Reitor, é o órgão que executa, coordena e superintende todas as atividades universitárias. O Reitor é auxiliado pelo Vice-Reitor e assessorado pelo Gabinete do Reitor, além de contar com órgãos de nível superior para suprir os encargos com atividades específicas, os quais estão organizados na forma de Pró-Reitorias, Órgãos Executivos e Órgãos Suplementares Centrais. De uma forma geral, as Pró-Reitorias são os órgãos que, sob coordenação do Reitor, executam as políticas definidas pelos conselhos superiores. As atividades exercidas por cada Pró-Reitoria são estabelecidas no regimento da UFSM, cujo resumo de atribuições está descrito a seguir.

Pró-Reitoria de Administração (PRA): coordena as atividades administrativas nas áreas de Administração Financeira e Contábil, Material e Patrimônio, Biblioteca Central, Processamento de Dados, Arquivos, Microfilmagem e Imprensa. À PRA também compete analisar propostas de projetos, contratos, acordos e outros instrumentos congêneres. Além disso, ela também deve executar e acompanhar o orçamento da Universidade, supervisionando a contabilização orçamentária, financeira e patrimonial e elaborando a prestação de contas anual da Instituição.

Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE): compete à PRAE organizar, dirigir, supervisionar e orientar as atividades estudantis de nível técnico, de graduação e pós-graduação, no campo cultural e social, atuando como facilitadora da permanência do estudante na Universidade por meio de seus programas de

assistência estudantil, bem como, promover a integração dos acadêmicos junto à UFSM de maneira acolhedora. À PRAE também compete a supervisão do Restaurante Universitário, da Moradia Estudantil e demais programas de assistência estudantil, como os programas de concessão de bolsas.

Pró-Reitoria de Extensão (PRE): a PRE deve coordenar, supervisionar e dirigir a execução de atividades de extensão universitária, o que inclui a articulação e participação na elaboração da política de extensão da Universidade, em conjunto com a Câmara de Extensão. Também compete à PRE a aplicação da política de extensão aprovada pelo CEPE, bem como propor a regulamentação das ações de extensão e convalidar o registro destas ações (programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços, publicação e produtos acadêmicos), efetivadas pelas unidades e subunidades de ensino. Além disso, a PRE também supervisiona as atividades do Centro de Eventos da Universidade.

Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD): a PROGRAD deve coordenar, supervisionar e dirigir a execução das atividades do ensino de graduação. Cabe à PROGRAD executar as políticas definidas pelo CEPE para a área de graduação, orientando e coordenando as atividades acadêmicas em geral, dentre elas a oferta de disciplinas, a mobilidade acadêmica e os programas especiais como o de educação tutorial (PET) e os voltados para a licenciatura (PROLICEN). É também a PROGRAD que deve propor a abertura e desativação de cursos de graduação e remanejamento de vagas, analisar os PPC dos cursos, propor a política de ingresso e seleção da Universidade e definir, em conjunto com a PRPGP, a política de admissão de docentes.

Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PRPGP): a PRPGP é responsável por propor e executar a política de pós-graduação e pesquisa homologada pelo CEPE, coordenando as atividades ligadas aos programas/cursos de pós-graduação e promovendo a integração das atividades dos diversos órgãos na área de pós-graduação e pesquisa no âmbito da UFSM. A PRPGP também deve apreciar propostas de criação, transformação, suspensão e extinção de cursos de pós-graduação, bem como propostas de acordos e convênios interinstitucionais referentes à pesquisa e à pós-graduação, e ainda analisar propostas de programas/cursos de pós-graduação, encaminhando-as para os órgãos competentes. Outra atividade da PRPGP é a regulamentação do processo de seleção para ingresso na pós-graduação e, no que diz respeito à seleção docente,

além de definir as políticas de admissão em conjunto com a PROGRAD, a PRPGP também é responsável por regulamentar e coordenar o processo de contratação de professores visitantes.

Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN): a PROPLAN é responsável por assegurar a formulação e execução das políticas e diretrizes da UFSM, por meio do planejamento, acompanhamento, controle e avaliação dos planos, programas e projetos visando à unidade e integração das ações institucionais. Compete à PROPLAN a promoção do processo de planejamento estratégico, do PDI e dos demais planos, programas e projetos institucionais, bem como o desenvolvimento de metodologias e processos de controle e avaliação das ações institucionais. A PROPLAN também é responsável pelo processo de avaliação institucional, pela elaboração da proposta orçamentária e por controlar o desempenho da execução orçamentária, bem como promover a busca por fontes alternativas de recursos financeiros. Além disso, a PROPLAN acompanha as modificações na estrutura organizacional da instituição e coordena os trabalhos de atualização do estatuto e regimentos. Também é de responsabilidade da PROPLAN formalizar os convênios e acordos institucionais e coordenar e centralizar a produção, o tratamento estatístico, o armazenamento e divulgação das informações de interesse da UFSM.

Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP): a PROGEP é responsável por propor e implementar a política de gestão de pessoas no âmbito da UFSM, juntamente com a Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD, no caso de pessoal docente, por meio do planejamento, organização, coordenação, controle e avaliação dos planos, programas e processos voltados ao seu desenvolvimento global. A PROGEP desenvolve processos de avaliação de desempenho e de qualificação, recrutamento, seleção, alocação e redistribuição de pessoal, promovendo a otimização da alocação de vagas de recursos humanos da instituição. Também é papel da PROGEP coordenar a execução de atividades relacionadas à vida funcional do quadro de pessoal ativo e inativo, mantendo os devidos registros funcionais e subsidiando informações referentes a aposentadorias, progressões, concessões, licenças e demais informações necessárias para processar a folha de pagamento. A PROGEP também atua na formulação da proposta orçamentária relativa ao pagamento de pessoal e no planejamento e implementação de programas de atenção à saúde, bem-estar social, segurança no trabalho e saúde ocupacional dos servidores.

Pró-Reitoria de Infraestrutura (PROINFRA): a PROINFRA é responsável por planejar, coordenar, supervisionar e executar os serviços de obras, manutenção e serviços gerais da UFSM. Dentre os serviços coordenados pela PROINFRA estão os serviços de telefonia fixa e móvel, de transporte, vigilância, serralheria, marcenaria, carpintaria, limpeza e recolhimento de lixo, entre outros. Também é função da PROINFRA controlar e fiscalizar os contratos de funcionamento de bares, lancherias e demais permissões de uso dos imóveis. A PROINFRA, além de atuar na fiscalização de contratos de manutenção e no controle do consumo de água, luz e telefone, também atua na coordenação de projetos de novas edificações, reformas, projetos elétricos, serviços de urbanização, paisagismo e na manutenção da rede de abastecimento de água e saneamento básico, inclusive realizando, quando necessário, planos de aplicação de recursos orçamentários ou não orçamentários quando necessário.

Coordenadoria de Educação Básica, Técnica e Tecnológica (CEBTT): a CEBTT é um órgão com status de Pró-Reitoria, e tem a função de integrar as unidades de ensino básico, técnico e tecnológico⁵ entre si e com as diversas unidades e subunidades da UFSM. Também é responsabilidade da CEBTT elaborar e avaliar um planejamento global, estabelecer normas operacionais, coordenar, assessorar e supervisionar as atividades de ensino, pesquisa e extensão das unidades de ensino básico, técnico e tecnológico.

Órgãos executivos da reitoria: os órgãos executivos e de apoio da Reitoria são: Departamento de Contabilidade e Finanças, Departamento de Registro e Controle Acadêmico, Departamento de Material e Patrimônio, Procuradoria Jurídica, Coordenadoria de Comunicação Social, Comissão Permanente de Pessoal Docente, Comissão Permanente de Sindicância e Inquérito Administrativo, Agência de Inovação e Transferência de Tecnologia e Coordenadoria de Ações Educacionais da UFSM.

Órgãos suplementares centrais: os órgãos suplementares centrais são: Centro de Processamento de Dados, Biblioteca Central, Imprensa Universitária, Restaurante Universitário, Editora da UFSM, Orquestra Sinfônica, Museu Educativo, Planetário, Departamento de Arquivo Geral e Núcleo de Estudos e Eventos Meteorológicos Extremos e Mudanças Climáticas.

⁵ Especificamente, o Colégio Técnico Industrial de Santa Maria, o Colégio Politécnico da UFSM, e a Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo

2.1.2. Unidades Universitárias – Administração Intermediária

As Unidades Universitárias fazem parte do nível intermediário de tomada de decisão e se responsabilizam pela administração das atividades acadêmicas. Além dos cursos e departamentos, possuem órgãos colegiados em diferentes níveis (colegiado da Unidade, colegiado de Departamentos e colegiado de Cursos), bem como órgãos suplementares e de apoio. As Unidades Universitárias realizam atos administrativos de sua competência e praticam atos de gestão relativos à execução orçamentária, nas dotações e programas específicos da sua Unidade. Também atuam em atividades relacionadas ao quadro de pessoal da Unidade, como a homologação de colegiados, a designação de chefes e subchefes de departamentos, coordenadores de cursos de graduação e pós-graduação, a cedência de horas de trabalho de docentes entre departamentos da própria Unidade, autorização de afastamento de servidores técnico-administrativos e docentes da Unidade e a abertura de sindicâncias para apurar responsabilidades. Também é papel das Unidades promover formaturas dos cursos da Unidade, seminários, eventos, palestras, promoções culturais, cursos e atividades extracurriculares e outros afins. As Unidades Universitárias da UFSM são as listadas a seguir:

Centro de Artes e Letras – CAL;

Centro de Ciências Naturais e Exatas – CCNE;

Centro de Ciências Rurais – CCR;

Centro de Ciências da Saúde – CCS;

Centro de Ciências Sociais e Humanas – CCSH;

Centro de Educação – CE;

Centro de Educação Física e Desportos – CEFD;

Centro de Tecnologia – CT;

Unidade Descentralizada de Educação Superior da UFSM, em Silveira Martins – UDESSM;

Campus da UFSM em Cachoeira do Sul;

Campus de Frederico Westphalen;

Campus de Palmeira das Missões;

Colégio Técnico Industrial de Santa Maria;

Colégio Politécnico da Universidade Federal de Santa Maria; e

Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo;

2.2. Modelo de Governança e Gestão da UFSM

Com o estabelecimento do Decreto n. 9.203/17, que estabelece a Política de Governança na Administração Pública e a Portaria da Controladoria Geral da União n. 1.089/2018, a UFSM tem desempenhado esforços para organizar e estruturar seu sistema de governança e gestão institucional.

Importante destacar que governança e gestão são temas complementares, enquanto a gestão constitui-se da administração dos recursos escassos para entrega de objetivos específicos, utilizando-se para isso de processos organizacionais como planejamento, execução, controle, ação; a governança aborda sobre os sistemas internos necessários para o adequado direcionamento, monitoramento, supervisão e avaliação da atuação da gestão, com vistas ao atendimento das necessidades e expectativas dos cidadãos e demais partes interessadas (ISO/IEC 38500:2008). A Figura 3 apresenta a relação entre governança e gestão.



Figura 3 - Relação entre governança e gestão

Fonte: TCU, 2014.

Na UFSM este modelo de gestão e governança é apresentado conforme a Figura 4 abaixo.

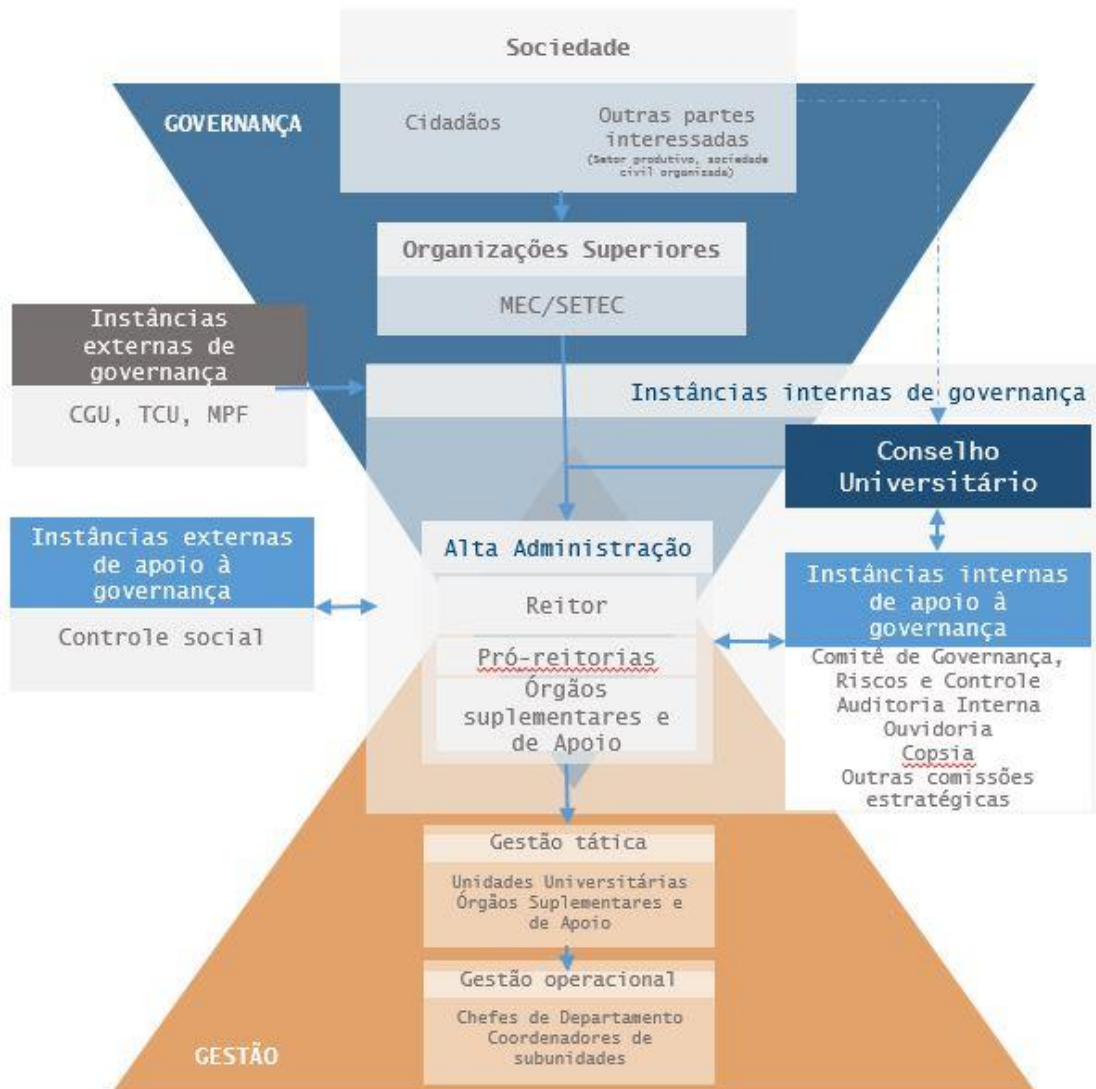


Figura 4- Sistema de Governança da UFSM

Fonte: Adaptado de TCU 2014.

2.3. Modelo de Planejamento da UFSM

A UFSM apresenta seu modelo de planejamento organizado de acordo com três níveis de planejamento estratégico, tático e operacional.

O alinhamento estratégico entre os níveis tem como função principal o de alinhar as ações no nível operacional para que as mesmas tenham relacionamento e interligação com as definições estratégicas da organização.

A arquitetura do sistema de gestão estratégica é representada na Figura 5:

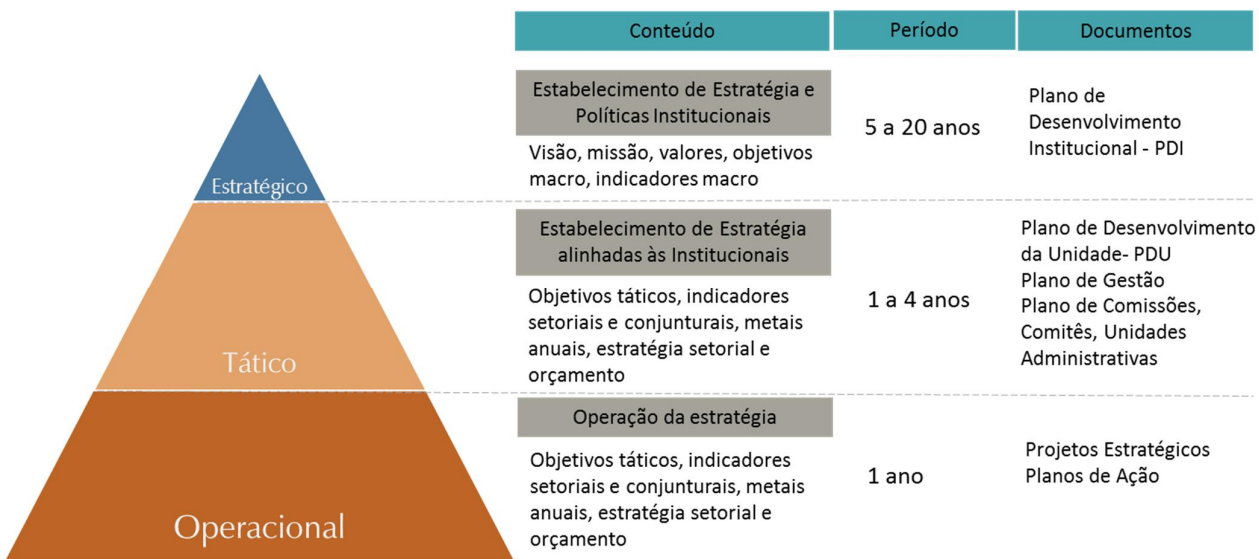


Figura 5 - Níveis de Planejamento da UFSM

De acordo com os níveis de planejamento, os instrumentos associados à gestão estratégica são os seguintes:

- a) Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI: contém as definições estratégicas da UFSM e as metas a serem alcançadas a longo prazo. Serve de elemento orientador do planejamento institucional e como instrumento de divulgação, junto à comunidade e a órgãos externos, dos principais objetivos a serem alcançados, devendo ser aprovado pelo Conselho Universitário da instituição.
- b) Plano de Desenvolvimento da Unidade – PDU: contém as definições estratégicas da Unidade, alinhadas ao PDI da Instituição. Serve de elemento orientador das ações da unidade. Dentro os documentos que podem ser produzidos destacam-se: o Plano de Gestão da Reitoria, com prazo de 4 anos; o Plano de Logística Sustentável, apresentado anualmente pela Comissão de Logística Sustentável, com prazo anual; o Plano de Desenvolvimento de Tecnologia da Informação-PDTI, desenvolvido pelo Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação, com prazo de 4 anos; os Planos dos Centros de Ensino; os Planos dos Campi fora de sede; entre outros.
- c) Projetos Estratégicos: configuram-se como projetos com definição clara de prazo, escopo, custo e cronograma de execução, (também... metas, indicadores, fases/ações, resultados esperados) necessários

para a execução da estratégia estabelecida no PDI e nos PDU's, podendo ser elaborados por unidades/subunidades ou grupos de unidades/subunidades.

2.3.1. Sobre o PDI 2016-2026⁶

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), além de ser um requisito legal, é o documento que caracteriza a identidade da instituição e busca nortear o caminho a ser seguido pela Universidade no cumprimento de sua missão institucional e no alcance dos seus objetivos para os próximos 10 anos.

A metodologia para elaboração do PDI foi apresentada em novembro de 2015 e previa quatro fases principais: a) organização; b) preparação; c) execução; d) finalização. Para conduzir o trabalho foi criada uma comissão central, uma comissão executiva e comissões temáticas, as quais atuaram dentro das suas responsabilidades durante todo o processo de elaboração do plano.

O processo de elaboração do plano contou com a participação de alunos, professores e técnico-administrativos em educação por meio de um formulário on-line. O formulário on-line, juntamente com reuniões realizadas com a comunidade foram os principais instrumentos de coleta de informações para elaboração dos objetivos institucionais que compõem o mapa estratégico do PDI 2016-2026 da UFSM, bem como para elaboração das políticas institucionais e do Projeto Pedagógico Institucional (PPI). Para isso, tanto o questionário quanto as reuniões foram baseados em 7 desafios institucionais, os quais nortearam a elaboração do PDI:

1. Internacionalização;
2. Educação inovadora e transformadora com excelência acadêmica;
3. Inclusão social;
4. Inovação, geração de conhecimento e transferência de tecnologia;
5. Modernização e desenvolvimento organizacional;
6. Desenvolvimento local, regional e nacional; e
7. Gestão ambiental.

Foram também validados a missão, visão e valores institucionais:

⁶ Disponível em <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/proplan/painel-de-indicadores-estrategicos/>.

Missão: a UFSM tem por missão “Construir e difundir conhecimento, comprometida com a formação de pessoas capazes de inovar e contribuir com o desenvolvimento da sociedade, de modo sustentável”.

Visão: ser reconhecida como uma instituição de excelência na construção e difusão do conhecimento, comprometida com o desenvolvimento da sociedade, de modo inovador e sustentável.

Valores: comprometer-se com a educação e o conhecimento, pautada nos seguintes valores:

- Liberdade;
- Democracia;
- Ética;
- Justiça;
- Respeito à identidade e à diversidade;
- Compromisso social;
- Inovação; e
- Responsabilidade.

O PDI 2016-2026 apresenta cerca de 46 objetivos estratégicos e a definição de 7 desafios institucionais (Figura 6).

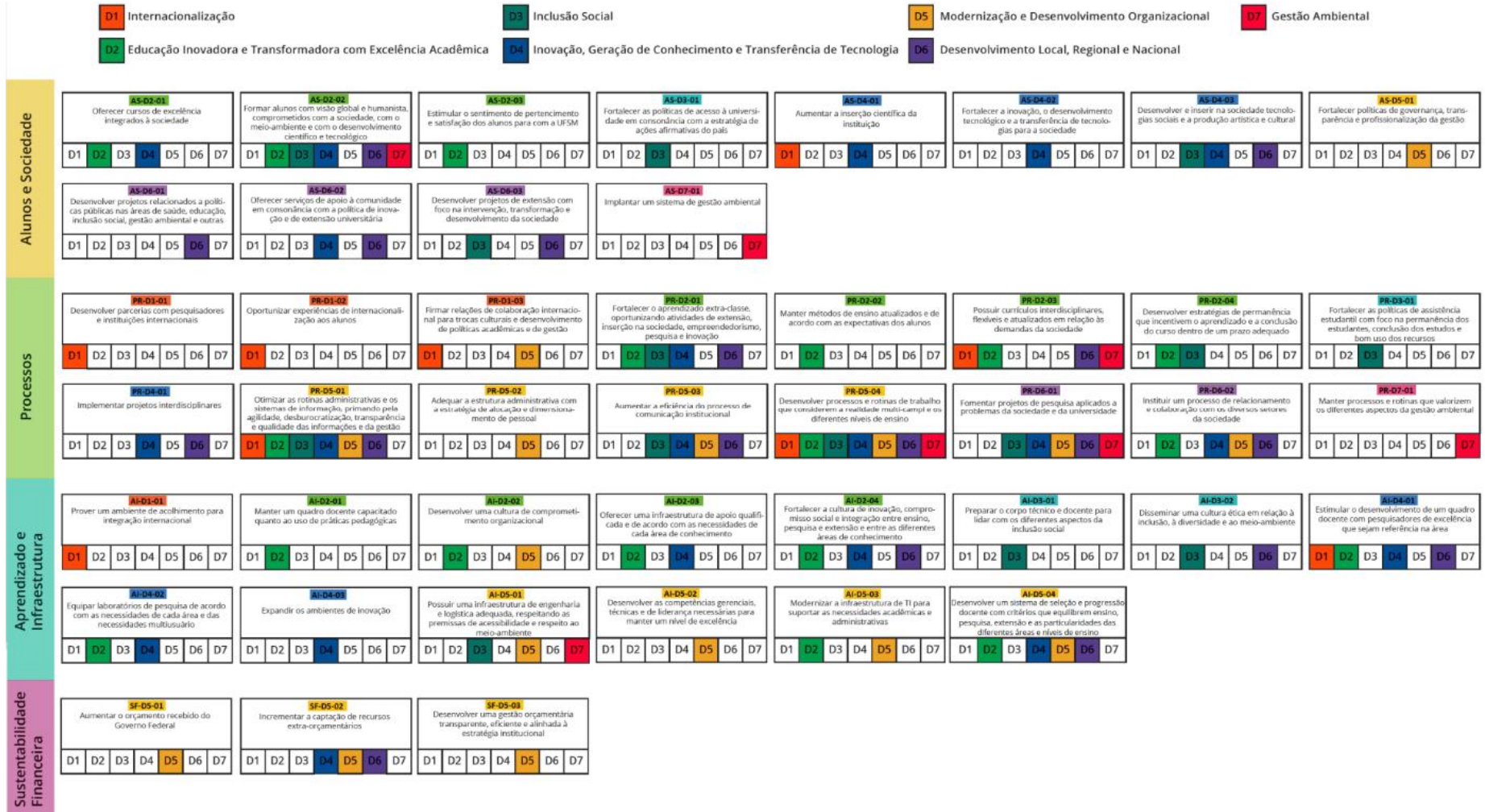


Figura 6 - Mapa estratégico do PDI 2016 – 2026

Dentre esses objetivos estratégicos, o Plano de Integridade está direcionado para o atendimento dos seguintes objetivos:

- Fortalecer políticas de governança, transparência e profissionalização da gestão;
- Otimizar as rotinas administrativas e os sistemas de informação, primando pela agilidade, desburocratização, transparência e qualidade das informações e da gestão;
- Aumentar a eficiência do processo de comunicação institucional;
- Desenvolver uma cultura de comprometimento organizacional;
- Preparar o corpo técnico e docente para lidar com os diferentes aspectos da inclusão social; e
- Disseminar uma cultura ética em relação à inclusão, à diversidade e ao meio-ambiente.

2.3.2. Sobre o Plano de Gestão 2018-2021

Ainda, a UFSM estabeleceu o Plano de Gestão 2018-2021⁷, com metas e indicadores de acompanhamento como forma de medir o desenvolvimento da instituição ao longo dos anos. O plano de metas leva em consideração um subconjunto de indicadores relacionados a alguns dos desafios institucionais previstos no PDI 2016-2026.

O plano traz como meta principal consolidar a UFSM como uma universidade de excelência, subindo no Índice Geral de Cursos Avaliados (IGC) do Ministério da Educação da atual nota 4 para a nota 5. O IGC é um indicador de qualidade que avalia as instituições de ensino superior do país. Para atingir a nota 5 até 2021, será preciso qualificar ainda mais os cursos de graduação e pós-graduação, promovendo a melhoria da média do Conceito Preliminar de Curso (CPC) e obtendo notas mais altas nas avaliações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), e dando continuidade ao crescimento dos programas de pós-graduação, tanto no nível quantitativo quanto no qualitativo. Os principais indicadores e metas são apresentados na Figura 7.

⁷ Disponível em: <http://w3.ufsm.br/proplan/images/gestao/pg-2018-2021.pdf>.



Figura 7 - Esquema do plano de metas da UFSM para o período 2018-2021

A escolha por esse subconjunto de indicadores se deu, entre outros aspectos, por uma questão de disponibilidade e confiabilidade das informações existentes. Isso não significa que os demais desafios não terão um acompanhamento semelhante. Pelo contrário. Um dos indicadores contemplados no plano de metas do desafio 5 é justamente o número de desafios do PDI com indicadores de acompanhamento. A meta para 2021 é que todos os sete desafios do PDI tenham indicadores definidos para que se possa acompanhar o desenvolvimento da instituição como um todo.

3. BASE LEGAL INTERNA DO PLANO DE INTEGRIDADE DA UFSM

Diversos princípios e normas da administração pública federal fundamentam este Plano de Integridade, na medida em que estabelecem a obrigação de se praticar atos que atendam ao interesse público, dentro dos limites da legalidade, eficiência e moralidade administrativa, como, por exemplo, as disposições do Regime Jurídico Único, o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal e o Código de Conduta da Alta Administração Federal. Ainda, os servidores devem estar atentos às proibições que constam em normativos específicos de combate à corrupção.

Internamente, a UFSM instituiu:

- o Regimento Geral da Universidade Federal de Santa Maria, aprovado pela Resolução n. 006/2011;
- a adequação do Regimento Interno do Conselho Universitário ao Regimento Geral da Universidade Federal de Santa Maria, aprovada por meio da Resolução n. 038/2011.
- o novo Regimento Interno do Conselho de Curadores da Universidade Federal de Santa Maria, aprovado por meio da Resolução n. 016/2018.
- as alterações no Regimento Interno do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Santa Maria, aprovadas por meio da Resolução n. 002/2016.
- o Regulamento da Política de Gestão de Riscos, no âmbito da Universidade Federal de Santa Maria, aprovado pela Resolução n. 018/2017;
- A Portaria 89.542, de 14/06/18, que designa os membros do Comitê de Governança Riscos e Controles;
- o Regimento Interno da Comissão de Ética da Universidade Federal de Santa Maria, instituído pela Resolução n. 009/2017;
- o Código de Ética e Convivência Discente da Universidade Federal de Santa Maria, instituído pela Resolução n. 017/2018;
- Resolução n. 029/2008, institui a Ouvidoria da Universidade Federal de Santa Maria.

- Resolução n. 014/2010, aprova o Regimento Interno da Ouvidoria da Universidade Federal de Santa Maria.
- o Plano de Dados Abertos 2018-2019;
- a Resolução n. 008/2011, alterada pela Resolução n. 003/2016, que cria a auditoria interna na estrutura organizacional da UFSM e aprova seu regimento interno.
- Resolução n. 009/2013, aprova o regulamento da política de segurança da informação e comunicações - PoSIC da UFSM.
- Resolução n. 030/2013, regulamenta o concurso público para ingresso no quadro do magistério superior da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), com alterações da Resolução N. 009/2016.
- Resolução n. 025/2016, regulamenta o concurso público para ingresso no quadro do magistério do ensino básico, técnico e tecnológico da UFSM, de acordo com a legislação vigente e dá outras providências.
- Resolução n. 016/2014, regulamenta no âmbito da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) o processo seletivo simplificado para contratação de professores substitutos, de acordo com a legislação vigente.
- Resolução n. 005/12, institui o Sistema Eletrônico de Controle da Jornada de Trabalho dos Servidores da Universidade Federal de Santa Maria.
- Resolução n. 07/2018, dispõe sobre as atividades do Magistério Federal da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e revoga a Resolução N. 34/2015.
- Resolução n. 014/2018, regulamenta a alteração do regime de trabalho de docentes do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal da UFSM.
- Resolução n. 026/2014, regulamenta a promoção para a classe de titular da carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico da Universidade Federal de Santa Maria, de acordo com a legislação vigente e dá outras providências.
- Resolução n. 017/2014, aprova Normas para Avaliação de Desempenho Docente para fins de desenvolvimento na Carreira do

Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), com vistas à Progressão e Promoção Funcional.

- Resolução n. 010/2003, regulamenta a concessão da Gratificação de Incentivo à Docência – GID, aos docentes de 1o e 2o Graus no âmbito da UFSM e revoga a Resolução n. 12, de 27.11.2001.
- Resolução n. 032/2013, dispõe sobre o estabelecimento/aplicação de critérios para avaliação de docentes com vistas a promoção e progressão na classe D, denominada de Professor Associado do Quadro Permanente da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).
- Resolução n. 026/08, dispõe sobre o estabelecimento/aplicação de critérios para avaliação de docentes com vistas à progressão horizontal dentro da classe de Professor Associado do Quadro Permanente da UFSM.
- Resolução n. 014/06, dispõe sobre o estabelecimento/aplicação de critérios para avaliação de docentes com vistas ao acesso à classe de Professor Associado do Quadro Permanente da UFSM.
- Resolução n. 013/10, regulamenta o Programa de Avaliação de Desempenho dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação da Universidade Federal de Santa Maria.
- Resolução n. 015/2002, regulamenta a concessão de afastamento de servidores docentes e técnico-administrativos da UFSM para realização de ações de capacitação, de acordo com a legislação vigente e revoga a Resolução n. 004/2000.
- Portaria n. 70.499/2014 Comissão Permanente de Acumulação de Cargos – CPAC, tem como função verificar a Licitude da pretendida Acumulação de Cargos Públicos por servidores selecionados pela Coordenadoria de Seleção/PROGEP para assinar contrato junto à UFSM e, que declaram ter outro emprego, cargo ou função Pública
- Portaria n. 74.414/2015, dispõe sobre a Remoção entre Campi da UFSM e a Redistribuição de Servidores Técnico-Administrativos em Educação para a UFSM

- Portaria n. 83.748/2017, instituiu a Comissão de Gestão por Competências, visando à implementação do mapeamento de competências na Instituição.
- Resolução n. 024/12, dispõe sobre as normas de concessão de bolsas de participação em projetos operacionalizados por Fundações de Apoio.
- Resolução n. 014/2007, regulamenta a ocupação dos imóveis residenciais da UFSM destinados ao uso de servidores técnico-administrativos.
- Resolução n. 019/08, disciplina o uso de veículos automotores de transporte rodoviário na Universidade Federal de Santa Maria e revoga a Resolução-UFSM n. 004/07.
- Resolução n. 003/2000, regulamenta a recepção aos calouros da UFSM.
- Portaria 89.990, de 05 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o tratamento dos casos de racismo, agressão física, assédio moral e assédio sexual vivenciados na UFSM.
- Plano Anual de Capacitação.
- Guia Acadêmico.

Essa lista de normativos não é exaustiva. Existem outros documentos sobre diversos temas e procedimentos da UFSM, os quais podem ser consultados livremente no Portal de Documentos.

4. UNIDADE RESPONSÁVEL E INSTÂNCIAS DE INTEGRIDADE

As atividades da Unidade de Gestão da Integridade estão sendo desenvolvidas no âmbito da PROPLAN juntamente com as demais atividades de desenvolvimento da gestão de riscos.

Cabe a unidade de Gestão da Integridade coordenar os esforços de estruturação, execução e monitoramento de seu Programa de Integridade, bem como a orientação, treinamento e promoção de outras ações relacionadas à implementação dos planos de integridade, em conjunto com as demais unidades do órgão ou entidade.

A responsável por essas atribuições é a servidora Elisete Kronbauer, a qual pode ser contatada pelo telefone (55) 3220-8784, e-mail assessoria.grc@ufsm.br ou pessoalmente na sala 539, 5º andar da Reitoria sua atuação é de assessoria junto ao Assessor Especial de Controle Interno que hoje é exercido pelo Pró-Reitor de Planejamento.

Outras informações sobre a gestão dos riscos de integridade na UFSM podem ser encontradas no site da PROPLAN, no menu Gestão de Riscos (<https://www.ufsm.br/pro-reitorias/proplan/gestao-de-riscos-e-integridade-na-ufsm/>).

Relacionado às instâncias de integridade é importante destacar que a gestão da ética e da integridade exige a complementariedade de ações de diversos órgãos que executam ações desde a prevenção à fraude e à corrupção até a sanção de irregularidades. Na UFSM, os principais órgãos envolvidos são a Comissão de Ética, a Ouvidoria, a Comissão Permanente de Sindicância Administrativa (COPSIA), a Auditoria Interna, a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP), a Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN), o Comitê de Governança, Riscos e Controles (CGRC), a Unidade de Integridade e os gestores de riscos. A Figura 8 apresenta a estrutura de integridade da UFSM. No Anexo 3 é apresentado um quadro resumo da situação das unidades de integridade.



Figura 8 - Estrutura de integridade da UFSM

4.1. Comitê de Governança, Riscos e Controles

O Comitê de Governança, Riscos e Controles (CGRC) é um órgão de caráter consultivo, de assessoria e permanente para questões relativas à Gestão de Riscos, Governança e Controles na universidade e de integração entre os órgãos de controle interno. O CGRC foi instituído na UFSM em 24 de janeiro de 2018, por meio da Resolução n. 018/2017.

O Comitê de Governança, Riscos e Controles é constituído pelos seguintes membros:

- I – dois representantes, titulares do cargo, das pró-reitorias finalísticas;
- II – dois representantes, titulares do cargo, das pró-reitorias de apoio;
- III – Diretores(as) de Unidades de Ensino e seus Vice-Diretores(as) como suplentes;
- IV – Assessor Especial de Controle Interno;

V – um representante, titular do cargo, da Ouvidoria da UFSM;

VI – um representante, titular do cargo, da Comissão Permanente de Sindicância e Inquérito Administrativo;

VII – dois Técnico-Administrativos em Educação, titular e suplente, indicados pelo Conselho Universitário – CONSU; e

VIII – dois discentes, titular e suplente, indicados pelo Diretório Acadêmico de Estudantes – DCE.

São competências do CGRC:

I – promover práticas e princípios de conduta e padrões de comportamentos quanto à gestão de riscos e controles internos;

II – institucionalizar estruturas adequadas de governança, gestão de riscos e controles internos;

III – promover o desenvolvimento contínuo dos agentes públicos e incentivar a adoção de boas práticas de governança, de gestão de riscos e de controles internos;

IV – garantir a aderência às regulamentações, leis, códigos, normas e padrões, com vistas à condução das políticas e à prestação de serviços de interesse público;

V – promover a integração dos agentes responsáveis pela governança, pela gestão de riscos e pelos controles internos;

VI – promover a adoção de práticas que institucionalizem a responsabilidade dos agentes públicos na prestação de contas, na transparência e na efetividade das informações;

VII – aprovar política, diretrizes, metodologias e mecanismos para comunicação e institucionalização da gestão de riscos e dos controles internos;

VIII – supervisionar o mapeamento e avaliação dos riscos-chave que podem comprometer a prestação de serviços de interesse público;

IX – liderar e supervisionar a institucionalização da gestão de riscos e dos controles internos, oferecendo suporte necessário para sua efetiva implementação no órgão ou entidade;

X – estabelecer limites de exposição a riscos globais do órgão, bem com os limites de alçada ao nível de unidade, política pública, ou atividade;

XI – aprovar e supervisionar método de priorização de temas e macroprocessos para gerenciamento de riscos e implementação dos controles internos da gestão;

XII – emitir recomendação para o aprimoramento da governança, da gestão de riscos e dos controles internos; e

XIII – monitorar as recomendações e orientações deliberadas pelo Comitê.

O CGRC conta com o apoio do Assessor de Controle Interno, função exercida pelo Pró-Reitor de Planejamento Frank Leonardo Casado. O telefone para contato é (55) 3220-8750 e o e-mail é frank.casado@ufsm.br. Ainda, pode-se contatar por meio do telefone (55) 3220-8784 e pelo e-mail assessoria.grc@ufsm.br. As ações do Comitê podem ser acompanhadas pelo site (<https://www.ufsm.br/pro-reitorias/proplan/gestao-de-riscos-e-integridade-na-ufsm/>).

4.2. Comissão de Ética

A Comissão de Ética da UFSM foi instituída por meio da Portaria n. 75.784, de 1º de julho de 2015. Atualmente está composta conforme a designação estabelecida por meio da Portaria n. 89.339, de 04 de junho de 2018 e segue o regimento interno aprovado pela Resolução da UFSM n. 009/2017. O atual presidente e responsável é o professor Daniel Arruda Coronel.

A Comissão de Ética é a instância colegiada de caráter educativo, normativo, consultivo e deliberativo que dispõe sobre a conduta ética da comunidade universitária. É sua competência:

I- atuar como instância consultiva de dirigentes e servidores no âmbito da UFSM;

II- aplicar o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do poder Executivo, aprovado pelo Decreto 1.171/94 e pelo Decreto n. 6.029/2007, devendo:

a) submeter à Comissão de Ética Pública (CEP), propostas para seu aperfeiçoamento;

b) dirimir dúvidas a respeito da interpretação de suas normas e deliberar sobre casos omissos;

c) apurar, mediante denúncia ou de ofício, condutas em desacordo com as normas éticas pertinentes; e

d) recomendar, acompanhar e avaliar, no âmbito da UFSM, o desenvolvimento de ações objetivando a disseminação, capacitação e treinamento sobre normas de ética e disciplina.

III- Representar a UFSM na Rede de Ética do Poder Executivo Federal; e

IV- Supervisionar a observância do Código de Conduta da Alta Administração Federal e comunicar à CEP situações que possam configurar descumprimento de suas normas.

Para 2019, estão previstas algumas ações de fortalecimento da Comissão de Ética da UFSM, as quais serão coordenadas pelo integrante pelo Prof. Rafael Santos de Oliveira e a Técnica Administrativa Andréa Machado Severo

I- Construção e divulgação de uma página na internet com informações sobre a composição, contatos, atribuições e ações a serem desenvolvidas ou apoiadas;

II- Analisar, acompanhar e apoiar as ações de esclarecimento e prevenção de conflitos, assédio, racismo, fraudes e corrupções desenvolvidas por iniciativa própria das diversas unidades da Instituição;

III- Promover a mediação de conflitos em parceria com outras unidades que detêm a capacitação técnica para realização do trabalho;

IV- Realizar o alinhamento dos procedimentos de tratamento de desvio da conduta ética de servidores, alunos e terceirizados junto com outras unidades relacionadas ao assunto;

V- Estruturar o funcionamento da Comissão de Ética por meio de definição de processos, estrutura física, pessoas e ferramentas;

VI- Propor um Código de Ética e Conduta específico da UFSM; e

VII- Planejar as ações de fortalecimento da cultura ética para o exercício seguinte.

Em conformidade com o Decreto n. 6.029/2007, será necessária a estruturação de uma Secretaria-Executiva, com a lotação de um servidor técnico-administrativo para atuar como Secretário-Executivo para receber as demandas, gerenciar o fluxo de informações, assessorar o Comissão de Ética e executar as ações de forma permanente, além das demais atribuições previstas no decreto supracitado. Cabe frisar que os membros da comissão são nomeados com mandatos intercalados de 3 anos, sendo a renovação periódica dos integrantes obrigatória. A função não é exclusiva, de modo que acumula com as demais atividades regulares

dos servidores. Dessa forma, para o bom andamento das atividades é imprescindível a lotação de um servidor para atuar de forma permanente na área.

A Comissão de Ética pode ser contatada pelo e-mail comissaodeetica@ufsm.br e pelo telefone (55) 3220-8101.

4.3. Ouvidoria

A Ouvidoria da UFSM atua no diálogo entre os cidadãos e administração. O canal recebe denúncias, reclamações, elogios, sugestões e pedidos de informação referentes a procedimentos e ações. A Ouvidoria recebe as manifestações, que podem ser feitas pessoalmente, por carta, telefone, correio eletrônico ou via Caixa Postal e as encaminha, quando necessário, às unidades internas acadêmicas e/ou administrativas que são, em última instância, responsáveis pela execução dos serviços e disponibilização de seus produtos.

Atualmente, a Ouvidoria da UFSM usa um sistema próprio que permite tramites internos de informações. O sistema atende as especificidades da universidade. O sistema e-OUV ainda não é utilizado. A viabilidade de implantação do sistema e-Ouv depende do trabalho do Centro de processamento de Dados, o qual trabalha com prioridades de demanda. Em atendimento à IN n. 18, de 03/12/18, do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, o sistema e-Ouv será implantado no primeiro semestre de 2019.

Há uma reestruturação da unidade de Ouvidoria da UFSM prevista no Projeto de Modernização Administrativa da UFSM visando a melhoria do atendimento aos cidadãos.

O processo de trabalho pode ser conhecido no Portal de Processos (<http://processos.ufsm.br/>). Mais informações estão disponíveis no site (<https://www.ufsm.br/reitoria/ouvidoria/>).

A Ouvidoria atende aos cidadãos por meio do endereço eletrônico ouvidoria@ufsm.br; telefones (55) 3220-9655, (55) 3220-8673, (55) 91974471, (55) 91974382; e também realiza atendimento presencial no Prédio da Administração central, 7º andar, Sala 763, Avenida Roraima n. 1000, Bairro Camobi, Santa Maria RS, CEP 97105-900. O Ouvidor Geral é o servidor Jorge Renato Alves da Silva.

4.4. Corregedoria Interna

A Corregedoria Interna da UFSM é denominada de Comissão Permanente de Sindicância e Inquérito Administrativo (Copsia) e está vinculada, diretamente, ao Gabinete do Reitor. É um órgão de assessoramento, acompanhamento e execução de processos administrativos disciplinares oriundos dos Centros de Ensino e Unidades Administrativas, além de realizar sindicâncias no âmbito da Reitoria. A Copsia visa a profissionalização da atividade processual administrativa, bem como à centralização única das Comissões de Inquérito. A COPSIA é coordenada pelo servidor Valdemir Rodrigues Vieira dos Santos.

O Regimento da UFSM prevê que a realização de sindicância – seja investigativa, seja acusatória – se dê no âmbito da unidade universitária onde eventualmente tenha ocorrido a irregularidade. Na compreensão da legislação vigente e dos regulamentos que regem a UFSM, resta estabelecido que aos Diretores de Unidade compete, entre outros, a aplicação da advertência ou suspensão, de até o prazo de 30 (trinta) dias (vide art. 145 da Lei n. 8.112/90). Dessa forma, visando garantir a celeridade necessária ao trato disciplinar inerente ao Poder Público, as demandas de menor potencial ofensivo devem ser apuradas e processadas no âmbito das respectivas unidades. As comissões instauradas nas unidades contam com o suporte técnico da COPSIA para orientação e condução dos trabalhos realizados.

Nos casos de irregularidades graves, passíveis de suspensão por prazo superior à 30 (trinta) dias ou demissão, cabe obrigatoriamente a apuração por intermédio da COPSIA, por meio de PAD.

Por fim, todos os processos disciplinares, são lançados no sistema CGU-PAD.

O processo de trabalho pode ser conhecido no Portal de Processos (<http://processos.ufsm.br/>). Mais informações estão disponíveis no site (<https://www.ufsm.br/copsia-comissao-permanente-de-sindicancia-e-inquerito-administrativo/>). A COPSIA está localizada na sala 760, 7º andar da Reitoria. Atende também pelos telefones (55) 3220-8381 e (55) 3220-9428 e pelo e-mail copsia@ufsm.br.

Quanto aos processos de responsabilização de fornecedores, esses são conduzidos pelo Departamento de Material e Patrimônio, vinculado à Pró-Reitoria de Administração, o qual realiza o cadastramento dos processos contra pessoas

jurídicas investigadas por atos lesivos contra a Administração no Sistema CGU-PJ. O Sistema é operacionalizado pela servidora Ledi Pedroso Mota.

4.5. Auditoria Interna

Na UFSM, a Unidade de Auditoria Interna (AUDIN) foi criada por meio da Resolução n. 008, de 02 de maio de 2011, alteração através da resolução n. 003, de 11 de janeiro de 2016, visando à avaliação de forma independente das operações contábeis, financeiras e administrativas executadas pela instituição. Atualmente, o Auditor chefe é o Prof. Ivan Henrique Vey.

A AUDIN encontra-se subordinada diretamente ao Conselho Universitário e presta apoio aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e Externo do Poder Legislativo, prestando apoio aos órgãos e às unidades que o integram, em conformidade com o Art. 15 do Decreto n. 3.591, de 06 de setembro de 2000.

A AUDIN tem por finalidade assessorar a Administração por meio do exame de adequação e eficácia dos controles internos da entidade, da verificação da integridade e confiabilidade dos sistemas, da constatação da observância às políticas, metas, planos, procedimentos, leis, normas e regulamentos e zelar pela boa e regular aplicação dos recursos públicos sob a guarda da Universidade. Para tanto, esse órgão mantém uma relação harmônica, equilibrada e transparente com os diversos órgãos que compõem a Administração e os Conselhos Superiores, proporcionando orientação técnica para a execução dos trabalhos.

Ainda, essa unidade é responsável pelo acompanhamento e gerenciamento das informações do Sistema Monitor-Web.

O processo de trabalho pode ser conhecido no Portal de Processos (<http://processos.ufsm.br/>). Mais informações estão disponíveis no site (<http://coral.ufsm.br/audin/index.php/a-audin>). A Auditoria interna está localizada na sala 336, 3º andar da Reitoria. Atende pelo telefone (55) 3220-9697 e pelo e-mail audinufsm@ufsm.br.

4.6. Serviço de Acesso à Informação

O Serviço de Acesso à Informação da UFSM é executado pela Coordenadoria de Planejamento Informacional (COPLAI) da Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN), a qual é coordenada pelo servidor Gustavo Zanini Kantorski, o qual também é indicado como Autoridade de Monitoramento da Lei de Acesso à Informação (LAI), por meio da Portaria n. 89.200, de 24 de maio de 2018. A COPLAI tem como competência:

I – Coletar, organizar, analisar, sistematizar dados e prover informações (estatísticas e indicadores) gerenciais para a tomada de decisão da gestão e em atendimento às demandas internas e externas;

II – Planejar e operacionalizar (modelo Teórico), junto ao Centro de Processamento de Dados, a obtenção de variáveis necessárias à geração de indicadores das diferentes áreas da Instituição;

III – Consolidar mecanismos de recuperação e tratamento de informação;

IV – Manter atualizados os bancos de dados institucionais sob a responsabilidade da PROPLAN;

V – Supervisionar e monitorar a constante atualização dos bancos de dados exercida pelas diversas Subunidades da Instituição;

VI – Coordenar e prestar informações institucionais à órgãos governamentais e outras Instituições/Empresas;

VII – Realizar a coleta, análise, consolidação, validação e envio para o MEC/INEP, dos dados do Censo da Educação Superior;

VIII – Garantir acesso às informações por meio da LAI;

IX – Elaborar relatórios da evolução de dados e indicadores institucionais;

X – Coordenar e centralizar a produção, o tratamento estatístico, o armazenamento e divulgação das informações de interesse da UFSM;

XI – Articular-se com os demais órgãos integrantes da estrutura da UFSM, visando à elaboração do Relatório de Gestão – TCU, parte integrante do processo de prestação de contas ao Tribunal de Contas da União;

XII – Subsidiar o processo de informatização das atividades acadêmicas e administrativas integrantes do Sistema de Informações para o Ensino – SIE; e

XIII – Realizar pesquisas, estudos e análises necessárias ao desenvolvimento da Instituição utilizando variáveis e indicadores para subsidiar a tomada de decisão e projetar cenários futuros.

Ainda, essa unidade é responsável pelo recebimento de solicitações de informações via e-SIC; pela página de Acesso à Informação; pelo Portal Dados Abertos UFSM contendo dados institucionais como bibliotecas, servidores, ensino, pesquisa, extensão e ouvidoria; e ainda pelo Portal UFSM em Números, espaço disponibilizado para a comunidade que contém informações na forma de gráficos e tabelas sobre os principais números da Instituição relativos a estudantes, servidores, cursos, diplomados, acervo bibliográfico, bolsas, projetos e ações, entre outros.

Além disso, encontram-se disponíveis no site da UFSM documentos oficiais diversos: Estatuto, Regimento, Relatórios de Gestão, Boletins, Resoluções, Portarias, processos administrativos, editais, bem como informações sobre projetos, licitações, registros de preço, convênios, relatórios contábeis, atas dos Conselhos Superiores e outras.

O processo de trabalho pode ser conhecido no Portal de Processos (<http://processos.ufsm.br/>). Mais informações estão disponíveis no site da COPLIN (<https://www.ufsm.br/pro-reitorias/proplan/coplin/>); no menu Dados Abertos (<http://dados.cpd.ufsm.br/>), no menu UFSM em Números (<https://portal.ufsm.br/ufsm-em-numeros/publico/index.html>) e no link Acesso à Informação (<https://www.ufsm.br/reitoria/acesso-a-informacao/>). Além disso, o acesso ao e-SIC está disponibilizado na página principal da UFSM (<https://www.ufsm.br/>). A COPLIN está situada na sala 542, 5º andar da Reitoria. Atende pelo telefone (55) 3220-8133 e pelo e-mail coplin@ufsm.br.

4.7. Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) é o setor competente pelo planejamento, implementação, coordenação e avaliação das atividades que envolvem os servidores docentes e técnico-administrativos em educação da Universidade Federal de Santa Maria.

Os principais processos de trabalho estão relacionados com os assuntos: adicionais, auxílios e benefícios; afastamentos, concessões e licenças;

aposentadoria, abono, pensão e tempo de serviço; capacitação, carreira do técnico-administrativo em educação; concursos e seleções públicas; dados cadastrais; estágio probatório; GEAP Autogestão em Saúde; ingresso; mobilidade; regime e jornada de trabalho; saúde e qualidade de vida; segurança e medicina do trabalho; vacância e exoneração; e vida funcional.

Dentre as ações da PROGEP, destaca-se a oferta de algumas capacitações ao longo dos anos que abordam sobre conduta ética, liderança, direito administrativo e outros assuntos atinentes à integridade, as quais estão apresentadas na Tabela 1 a seguir:

Tabela 1 - Cursos desenvolvidos pela PROGEP

Curso	Ano
Seminário de Recepção e Integração para novos Servidores Docentes e Técnico-Administrativos em Educação	2014 à 2018
Capacitação em Procedimento Administrativo Disciplinar	2014
Curso de Noções de Direito na Administração Pública	2016
Curso de Legislação Administrativa	2014
Curso de Noções Básicas de Direito Administrativo	2017
Curso de Ética no Serviço Público	2017, 2018
Curso de Direito Administrativo Disciplinar - PAD e Sindicância	2017, 2018
Curso de Noções Introdutórias ao Direito Administrativo	2018
Lidere - Programa de Desenvolvimento de Gestores da UFSM	2014 à 2018

A PROGEP realiza anualmente um levantamento das necessidades de capacitação dos servidores e elabora um Plano Anual de Capacitação.

Quanto ao tratamento de conflitos de interesse, a PROGEP e a Comissão de Ética irão se responsabilizar pelos procedimentos de consulta e pela adoção do Sistema SeCI. A responsabilidade pela coordenação das atividades ficará a cargo da servidora Paula Borges Tronco, Pró-Reitora Substituta de Gestão de Pessoas.

Além disso, a PROGEP implantará procedimentos para evitar a ocorrência de nepotismo quando da designação de servidores para ocupar cargo de chefia.

O processo de trabalho pode ser conhecido no Portal de Processos (<http://processos.ufsm.br/>). Mais informações estão disponíveis no site (<https://www.ufsm.br/pro-reitorias/progep/>). O Gabinete da Pró-Reitora está localizado no 4º andar da Reitoria. O telefone para contato é (55) 32220-8102 e o e-mail é progep@ufsm.br.

5. METODOLOGIA

A identificação, análise e avaliação dos riscos de integridade foram realizadas por um grupo de trabalho aprovado pelo Comitê de Governança, Riscos e Controles. Esse grupo foi composto por servidores da Ouvidoria, COPSIA, PROGEP, DEMAPA, PROPLAN, Comissão de Ética e também da contribuição pontual da Auditoria Interna. As memórias de reunião estão disponíveis no site da UFSM (<https://www.ufsm.br/pro-reitorias/proplan/gestao-de-riscos-e-integridade-na-ufsm/>).

Embora exista uma grande quantidade de metodologias e estruturas de gestão de riscos mundialmente reconhecidas, tais como ISO 31000, Orange Book, do Tesouro Britânico, este documento foi baseado na estrutura do COSO ERM, de acordo com o MPOG (2017).

Ainda, importante destacar a Instrução Normativa Conjunta MP/CGU n. 01/2016, a qual traz em seus artigos 13 a 19 uma série de diretrizes importantes acerca da política de gestão de riscos.

Portanto, no que se refere à identificação, análise e avaliação dos riscos, a UFSM utilizou três etapas principais:

a) Identificação dos riscos de integridade:

Com base nas informações do Anexo 1, foram identificados os riscos de integridade pelo Grupo de Trabalho utilizando-se da metodologia *brainstorm*.

b) Avaliação dos riscos:

Para a etapa de avaliação dos riscos foram utilizados dois critérios, impacto e probabilidade de ocorrência do evento.

O valor da probabilidade e do impacto foram definidos em brainstorming com o grupo de trabalho. A escala utilizada foi: 1 – Muito Baixa, 2 – Baixa, 3 – Média e 4 – Alta.

c) Identificação dos controles existentes:

A partir desse levantamento, foram consultadas as unidades mencionadas como responsáveis pelos riscos, identificadas as atividades de controle existentes e definidos as respostas aos riscos para prevenir a ocorrência dos eventos (plano de ação). Todas as informações foram documentadas em uma planilha conforme o Anexo 2. O detalhamento seguiu as instruções apresentadas no Quadro 1 a seguir:

A – Descrição do Controle Atual: descrever se existe algum controle sendo utilizado referente ao risco, tais como: checklist, parecer, orientação, capacitação, etc.

B – Avaliação do controle, conforme os seguintes critérios:

1-Controles inexistentes, mal desenhados ou mal implementados

2-Controles têm abordagens ad hoc, tendem a ser aplicados caso a caso, a responsabilidade é individual, havendo elevado grau de confiança no conhecimento das pessoas

3-Controles implementados mitigam alguns aspectos do risco, mas não contemplam todos os aspectos relevantes do risco devido a deficiências no desenho ou nas ferramentas utilizadas

4-Controles implementados e sustentados por ferramentas adequadas e, embora passíveis de aperfeiçoamento, mitigam o risco satisfatoriamente

5-controles implementados podem ser considerados a "melhor prática", mitigando todos os aspectos relevantes do risco.

C – Descrição: Descrever a ação que será elaborada, controle a ser implementado ou projeto/atividade a ser desenvolvido.

D – Tipo: qual o tipo ou característica da ação/projeto/atividade, tais como:

a. Preventivo - procura criar uma defesa, medida de segurança

b. Corretivo - quando mostra-se necessário corrigir ações, criar proibição, regras

c. Compensatório - envolve reparação, indenização, reposição

E – Objetivo: qual o objetivo desta ação/projeto/atividade do item C:

a. Adotar controle novo

b. Melhorar controle existente

F – Área responsável pela implementação: unidade que executará a ação proposta

G – Agente responsável: servidor responsável pelo gerenciamento e execução da ação proposta

H – Como será implementado: Descrição breve dos procedimentos, destacando de que forma será executada a ação/projeto.

I – Intervenientes: Parceiros, unidades que possam auxiliar na execução.

J – Custo estimado: Valor de acordo com a necessidade de recursos para efetização da ação

K – Indicador de Controle da eficiência: Qual o indicador pode ser usado para medir o quanto a ação/projeto está alcançando os resultados.

L – Periodicidade de avaliação da eficiência dos controles: Ano, Semestre, Bimestre, etc.

M – Data do Início: data definida para início da execução da ação/projeto

N – Data da Conclusão: data definida para o fim da execução da ação/projeto com limite até 31/12/2019.

Quadro 1 - Elementos da identificação e avaliações dos riscos

6. MAPA DOS RISCOS DE INTEGRIDADE

O mapa dos riscos de integridade da UFSM conta com a identificação de 44 riscos. Para cada um, é apresentado a identificação dos eventos de risco, a avaliação dos riscos, a identificação dos controles existentes e os controles propostos / ações propostas. O detalhamento das informações pode ser visualizado no Anexo 4.

Cabe mencionar que existem outras ações pontuais que são desenvolvidas na UFSM. A Instituição é grande e muitas atividades têm sido realizadas para combater condutas inaceitáveis, como palestras, mesas redondas, entrevistas, matérias em sites e revistas, etc promovidas de modo descentralizado pelas diversas unidades administrativas e de ensino. Como exemplo, podem ser citados a realização do 1º Fórum dos Direitos Humanos da UFSM, a elaboração da Política de Igualdade de Gênero na UFSM, o lançamento dos Dados Abertos da UFSM, a Roda de Conversa “Assédio Moral e Sexual na Universidade: um diálogo necessário”, a palestra sobre Assédio Moral no Trabalho, o Curso de Gestão de Contratos, o Curso de Ética no Serviço Público, o Lidere - Programa de Desenvolvimento de Gestores da UFSM, o Curso de Combate ao Racismo Institucional, o Curso de Respeito à Diversidade, o trabalho do Grupo de Estudos sobre Meios Autocompositivos (Gema/UFSM).

Dessa forma, o mapa de riscos de integridade não é exaustivo, mas contempla os compromissos assumidos por unidades da reitoria para melhorar a cultura ética e prevenir atos ilegais ou condutas em desacordo com os valores institucionais.

7. MONITORAMENTO E ATUALIZAÇÃO PERIÓDICA

O monitoramento e a atualização do Plano de Integridade serão realizados pela Unidade de Integridade. Essa unidade irá acompanhar a execução das ações definidas, elaborar relatórios e manter o Comitê de Governança, Riscos e Controles informado sobre o andamento das atividades.

O Comitê de Governança, Riscos e Controles irá realizar a apreciação dos relatórios de execução das ações e realizar proposições de fortalecimento da cultura de integridade da UFSM.

Além disso, a Auditoria Interna, irá monitorar o desenvolvimento do trabalho conforme está definido no cronograma de trabalho do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) para o ano de 2019.

O plano tem validade até dezembro de 2019. A avaliação das ações, revisão dos riscos e novas proposições serão realizadas entre outubro e dezembro de 2019.

ANEXOS

Anexo 1 – Modelo de Identificação de Eventos de Riscos

Identificação de Eventos de Riscos							
Eventos	Causas	Efeitos / Consequências	Categoria do Risco	Tipos	Natureza do Risco orçamentário/ financeiro	Área(s)	Processo(s)

Anexo 3 - Levantamento da situação das unidades de integridade

Função de integridade	Unidade / instrumento de integridade	O órgão / entidade já possui tal unidade ou instrumento? Há alguma recomendação no sentido de seu fortalecimento ou reestruturação?	Quem será o responsável por sua criação, fortalecimento ou reestruturação? Em que prazo?	
			Responsável	Prazo
Promoção da ética e regras de conduta para servidores	Comissão de Ética	<p>Sim. A UFSM instituiu uma Comissão de Ética.</p> <p>Serão realizadas algumas ações de fortalecimento da Comissão de Ética da UFSM:</p> <p>I- Construção e divulgação de uma página na internet com informações sobre a composição, contatos, atribuições e ações a serem desenvolvidas ou apoiadas;</p> <p>II- Analisar, acompanhar e apoiar as ações de esclarecimento e prevenção de conflitos, assédio, racismo, fraudes e corrupções desenvolvidas por iniciativa própria das diversas unidades da Instituição;</p> <p>III- Promover a mediação de conflitos em parceria com outras unidades que detêm a capacitação técnica para realização do trabalho;</p> <p>IV- Realizar o alinhamento dos procedimentos de tratamento de desvio da conduta ética de servidores, alunos e terceirizados junto com outras unidades relacionadas ao assunto;</p> <p>V- Estruturar o funcionamento da Comissão de Ética por meio de definição de processos, estrutura física, pessoas e ferramentas;</p> <p>VI- Propor um Código de Ética e Conduta específico da UFSM; e</p> <p>VII- Planejar as ações de fortalecimento da cultura ética para o exercício seguinte.</p>	Prof. Rafael Santos de Oliveira e TAE Andréa Machado Severo	31/12/19

Função de integridade	Unidade / instrumento de integridade	O órgão / entidade já possui tal unidade ou instrumento? Há alguma recomendação no sentido de seu fortalecimento ou reestruturação?	Quem será o responsável por sua criação, fortalecimento ou reestruturação? Em que prazo?	
			Responsável	Prazo
Promoção da ética e regras de conduta para servidores	Código de Ética e Conduta	A UFSM adota o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto n. 1.171/94). A Comissão vai Propor um Código de Ética e Conduta específico da UFSM.	Prof. Rafael Santos de Oliveira e TAE Andréa Machado Severo	31/12/19
Transparência ativa e acesso à informação	Designação de autoridade de acesso à informação	O Serviço de Informação ao Cidadão e-SIC se localiza na Pró-Reitoria de Planejamento. Com a nova reestruturação do Portal UFSM a página de Acesso à Informação também foi reestruturada atendendo a Lei de Acesso à Informação, Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011 e o Decreto n. 7.724, de 16 de maio de 2012. Com a criação da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos - CPADS, Portaria n. 91.626, de 26 de outubro de 2018, no ano de 2019 será disponibilizado o link "Informações Classificadas e Desclassificadas", na página de Acesso à Informação. Conforme o cronograma do Plano de Dados Abertos 2018-2019/UFSM foi criado o Portal Dados Abertos UFSM contendo dados institucionais como bibliotecas, servidores, ensino, pesquisa, extensão e ouvidoria. Ainda a UFSM possui o Portal UFSM em Número espaço disponibilizado para a comunidade que contém informações na forma de gráficos e tabelas sobre os principais números da Instituição relativos a estudantes, servidores, cursos, diplomados, acervo bibliográfico, bolsas, projetos e ações, entre outros.	Gustavo Zanini Kantorski - Autoridade de Monitoramento da LAI - Portaria n. 89.200, de 24 de maio de 2018	-
	Adoção do Sistema e-SIC	Coordenadoria de Planejamento Informacional da Pró-Reitoria de Planejamento	Gustavo Zanini Kantorski	-

Função de integridade	Unidade / instrumento de integridade	O órgão / entidade já possui tal unidade ou instrumento? Há alguma recomendação no sentido de seu fortalecimento ou reestruturação?	Quem será o responsável por sua criação, fortalecimento ou reestruturação? Em que prazo?	
			Responsável	Prazo
Tratamento de conflitos de interesse e nepotismo	Designação de área responsável pelo tratamento de conflitos de interesse	A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas juntamente com a Comissão de Ética irá se responsabilizar pelo tratamento de conflitos de interesse.	Paula Borges Tronco - Pró-Reitora Substituta de Gestão de Pessoas	-
	Adoção do Sistema SeCI	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e Comissão de Ética	Paula Borges Tronco	30/06/19
Funcionamento de canais de denúncias	Existência de área responsável pelo recebimento de denúncias e realização dos encaminhamentos necessários	Sim. As denúncias são recebidas por meio da unidade de Ouvidoria da UFSM. A reestruturação da Ouvidoria ocorrerá conforme o cronograma de trabalho do Projeto de Modernização Administrativa da UFSM que encontra-se em execução.	Jorge Renato Alves da Silva – Ouvidor Geral	31/12/19
	Adoção do Sistema e-OUV	Não. A Ouvidoria da UFSM usa um sistema próprio que permite tramites internos de informações. O sistema atende as especificidades da universidade. No entanto, em atendimento à IN n. 18, de 03/12/18 (CGU), o sistema e-Ouv será implantado.	Jorge Renato Alves da Silva	30/06/19
Funcionamento de controles internos e cumprimento de recomendações de auditoria	Existência de área responsável pelos controles internos e cumprimento de recomendações de auditoria	Sim. A Auditoria Interna da UFSM atua no fortalecimento dos controles internos e acompanha o cumprimento das recomendações de auditoria.	Ivan Henrique Vey – Auditor Chefe	-
	Adoção do sistema Monitor-Web	Auditoria Interna	Ivan Henrique Vey	-

Função de integridade	Unidade / instrumento de integridade	O órgão / entidade já possui tal unidade ou instrumento? Há alguma recomendação no sentido de seu fortalecimento ou reestruturação?	Quem será o responsável por sua criação, fortalecimento ou reestruturação? Em que prazo?	
			Responsável	Prazo
Procedimentos de responsabilização	Existência de área responsável pelos procedimentos de responsabilização	Sim. A Comissão Permanente de Sindicância e Inquérito atua na área de processos de responsabilização de servidores e estudantes.	Valdemir Rodrigues Vieira dos Santos - Coordenador da Comissão Permanente de Sindicância e Inquérito Administrativo	-
	Adoção do Sistema CGU-PAD	Comissão Permanente de Sindicância e Inquérito	Valdemir Rodrigues Vieira dos Santos	-
	Adoção do Sistema CGU-PJ	Departamento de Materiais e Patrimônio	Ledi Pedroso Mota – responsável pelo Setor de Cadastramento de Fornecedores (SICAF)	-

Anexo 4 – Mapa dos Riscos de Integridade

Identificação de Eventos de Riscos					Avaliação dos Riscos	
Processos	Área	Evento de Risco			Inerentes	
No exercício da hierarquia em todos os níveis	Qualquer relação hierárquica	Abuso de poder			Probabilidade	3 - Média
Causa		Efeito/Consequência			Impacto	3 - Médio
<p>Não conhecimento e/ou desrespeito ao Código de Ética e ao Código de Conduta da Alta Administração por servidores no exercício de cargo de direção.</p> <p>Detenção de conhecimento privilegiado no trâmite de processo, interesses particulares acima dos interesses públicos, favorecimento, perseguição por desavenças. Autoritarismo. Insegurança para denunciar.</p>		<p>Danos psicológicos. Danos à carreira profissional. Ilegalidade, falta de isonomia, parcialidade, injustiça, desrespeito ao mérito, desrespeito ao interesse público. Danos à reputação institucional. Afetar o desempenho institucional.</p>			Nível de Riscos	9
Identificação dos Controles Existentes					Residuais	
Descrição do Controle Atual			Avaliação do Controle			
Mediação e tratamento caso a caso.			1-Controles inexistentes, mal desenhados ou mal implementados		9	
Controles Propostos / Ações Propostas						
Descrição			Objetivo	Área Responsável pela Implantação	Agente Responsável	
Promover de campanha de conscientização.			Adotar controle novo	Comissão de Ética	Daniel Arruda Coronel	
Como será implementado	Intervenientes	Custo Estimado	Indicador de Controle de Eficiência	Periodicidade de Avaliação da Eficiência dos Controles	Data de Início	Data de Conclusão
Campanha de divulgação visando informar a comunidade dos serviços e ações oferecidos pela Comissão de Ética	Unidade de Comunicação Integrada/PROPLAN	-	Número de campanhas realizadas no ano Número de pessoas atingidas pela campanha	Anual	01/03/2019	31/12/2019
					Status	Não iniciado

Identificação de Eventos de Riscos					Avaliação dos Riscos	
Processos	Área	Evento de Risco			Inerentes	
No exercício da hierarquia em todos os níveis	Qualquer relação hierarquica	Abuso de poder			Probabilidade	3 - Média
Causa		Efeito/Consequência			Impacto	3 - Médio
Não conhecimento e/ou desrespeito ao Código de Ética e ao Código de Conduta da Alta Administração por servidores no exercício de cargo de direção. Detenção de conhecimento privilegiado no trâmite de processo, interesses particulares acima dos interesses públicos, favorecimento, perseguição por desavenças. Autoritarismo. Insegurança para denunciar.		Danos psicológicos. Danos à carreira profissional. Ilegalidade, falta de isonomia, parcialidade, injustiça, desrespeito ao mérito, desrespeito ao interesse público. Danos à reputação institucional. Afetar o desempenho institucional.			Nível de Riscos	9
Identificação dos Controles Existentes					Residuais	
Descrição do Controle Atual			Avaliação do Controle			
Mediação e tratamento caso a caso.			1-Controles inexistentes, mal desenhados ou mal implementados		9	
Controles Propostos / Ações Propostas						
Descrição			Objetivo	Área Responsável pela Implantação	Agente Responsável	
Inserção do tema para abordagem no Programa Lidere.			Adotar controle novo	NED/PROGEP	Naira Teresinha Azevedo Kaus	
Como será implementado	Intervenientes	Custo Estimado	Indicador de Controle de Eficiência	Periodicidade de Avaliação da Eficiência dos Controles	Data de Início	Data de Conclusão
Preparação de conteúdo e abordagem no Programa Lidere, ministrado aos gestores da UFSM periodicamente	Comitê de Ética	-	Número de gestores capacitados no ano	Semestral	01/03/2019	31/12/2019
					Status	Não iniciado

Identificação de Eventos de Riscos					Avaliação dos Riscos	
Processos	Área	Evento de Risco			Inerentes	
Concurso e Seleção de servidores, especialmente docentes	PROGEP / Bancas de concurso	Acesso de informação privilegiada em concursos e seleção de servidores e direcionamento de edital			Probabilidade	3 - Média
Causa		Efeito/Consequência			Impacto	4 - Alto
Professores substitutos participam de conselhos, participam da construção das informações específicas do edital e talvez participarão do concurso ou seleção.		Apropriação de informações privilegiadas que gerem vantagem competitiva. Ilegalidade, falta de isonomia, parcialidade, injustiça, desrespeito ao mérito, desrespeito ao interesse público. Não selecionar o melhor candidato. Danos à reputação institucional, prejuízos ao desempenho institucional.			Nível de Riscos	12
Identificação dos Controles Existentes					Residuais	
Descrição do Controle Atual			Avaliação do Controle			
Inexistente.			1-Controles inexistentes, mal desenhados ou mal implementados		12	
Controles Propostos / Ações Propostas						
Descrição			Objetivo	Área Responsável pela Implantação	Agente Responsável	
1- Aperfeiçoar a Resolução 030/2013-UFSM, que rege os concursos públicos docentes na UFSM. 2- Capacitação para os departamentos didáticos da UFSM, quanto à importância do sigilo e ética necessários para a condução dos concursos.			Adotar controle novo	PROGEP	Paula Borges Tronco	
Como será implementado	Intervenientes	Custo Estimado	Indicador de Controle de Eficiência	Periodicidade de Avaliação da Eficiência dos Controles	Data de Início	Data de Conclusão
1- Formar um grupo de trabalho para analisar e reformular a Resolução 030/2013-UFSM. 2- Planejar e ofertar cursos de capacitação.	PROGEP, Chefes de Departamento, Direções de Unidades, CLNs de unidades e CLN do CEPE.	-	Número de recursos, de denúncias e de servidores capacitados.	Anual	01/03/2019	31/12/2019
					Status	Não iniciado

Identificação de Eventos de Riscos					Avaliação dos Riscos	
Processos	Área	Evento de Risco			Inerentes	
Uso da internet	Todas	Acesso inadequado à internet			Probabilidade	3 - Média
Causa		Efeito/Consequência			Impacto	3 - Médio
Uso para fins não acadêmicos, especialmente páginas impróprias.		Sobrecarga na rede, lentidão, vulnerabilidade à ataques cibernéticos.			Nível de Riscos	9
Identificação dos Controles Existentes					Residuais	
Descrição do Controle Atual				Avaliação do Controle		
Controles abordados: Algumas atividades de conscientização quanto ao usuário para adotar comportamento favorável à disponibilidade, à integridade, à confidencialidade e à autenticidade das informações. Quanto à rede corporativa de computadores existe o controle de acesso à rede WI-FI e não a rede cabeada, sem políticas formalizadas.				3-Controles implementados mitigam alguns aspectos do risco, mas não contemplam todos os aspectos relevantes do risco devido a deficiências no desenho ou nas ferramentas utilizadas		
				5,4		
Controles Propostos / Ações Propostas						
Descrição			Objetivo	Área Responsável pela Implantação	Agente Responsável	
1- Definição e divulgação de Políticas de Controle de Acesso e Uso de Internet conforme a Normativa complementar 07 do DSIC e adequação ao Marco Civil. 2- Adequação das redes e sistemas para permitir a implementação do controle de acesso e armazenamento de registros conforme o Marco Civil.			Melhorar controle existente	CPD	Gustavo Chiapinotto	
Como será implementado	Intervenientes	Custo Estimado	Indicador de Controle de Eficiência	Periodicidade de Avaliação da Eficiência dos Controles	Data de Início	Data de Conclusão
Solicitação de apoio a alta gestão; Definição de políticas conforme a legislação vigente; Estudo de possíveis soluções para realizar o controle de acesso na rede cabeada e outras necessárias; Estudo de possíveis soluções para armazenamento de registros; Implantação de controle de acesso em toda a rede da UFSM; Adequação de registros e implantação de uma forma de armazenamento dos registros.	Gabinete do Reitor	Recursos são necessários para servidores e equipamentos de rede que suportam a realização da solução de controle de acesso à rede cabeada.	Resolução adequada e controle implementado	Semestral	01/03/2019	31/12/2019
					Status	Não iniciado

Identificação de Eventos de Riscos					Avaliação dos Riscos	
Processos	Área	Evento de Risco			Inerentes	
Conduta pessoal	Todas	Assédio moral e sexual			Probabilidade	4 - Alta
Causa		Efeito/Consequência			Impacto	4 - Alto
Falta de conhecimento da caracterização de assédio sexual. Conduta indecorosa. Cultura machista. Cultura do estupro. Sensação de impunidade. Desconforto para denunciar.		Danos físicos e psicológicos. Traumas e adoecimentos, como depressão. Afastamento dos estudos e/ou do trabalho. Tentativa de suicídio. Sensação de insegurança. Danos à reputação institucional, prejuízos ao desempenho institucional. Destruição de reputação pessoal e adoecimento em acusações falsas.			Nível de Riscos	16
Identificação dos Controles Existentes					Residuais	
Descrição do Controle Atual			Avaliação do Controle			
São realizadas palestras por diversas unidades, são apuradas denúncias, se realizam campanhas na recepção de estudantes novos (Campanha Trote Sem Assédio). Há uma Comissão elaborando uma Política de Igualdade de Gênero para a UFSM sendo coordenada pela PRE que trata de assédio. Campanha Trote sem assédio. Há um grupo de estudos capacitando interessados para realizar mediação de conflitos.			3-Controles implementados mitigam alguns aspectos do risco, mas não contemplam todos os aspectos relevantes do risco devido a deficiências no desenho ou nas ferramentas utilizadas		9,6	
Controles Propostos / Ações Propostas						
Descrição			Objetivo	Área Responsável pela Implantação	Agente Responsável	
Estabelecimento de uma política institucional contra o assédio			Adotar controle novo	Comissão de Ética e CQVS/PROGEP	Daniel Arruda Coronel e Diana Sampaio	
Como será implementado	Intervenientes	Custo Estimado	Indicador de Controle de Eficiência	Periodicidade de Avaliação da Eficiência dos Controles	Data de Início	Data de Conclusão
Constituição de um grupo de trabalho para elaborar o documento	PROPLAN		Política aprovada, número de denúncias, diminuição da evasão nos cursos por parte de mulheres, número de remoções de servidoras por motivo de assédio, número de afastamentos do trabalho por motivo de assédio	Anual	01/03/2019	31/12/2019
					Status	Não iniciado

Identificação de Eventos de Riscos					Avaliação dos Riscos	
Processos	Área	Evento de Risco			Inerentes	
Conduta pessoal	Todas	Assédio moral e sexual			Probabilidade	4 - Alta
Causa		Efeito/Consequência			Impacto	4 - Alto
Falta de conhecimento da caracterização de assédio sexual. Conduta indecorosa. Cultura maxista. Cultura do estupro. Sensação de impunidade. Desconforto para denunciar.		Danos físicos e psicológicos. Traumas e adoecimentos, como depressão. Afastamento dos estudos e/ou do trabalho. Tentativa de suicídio. Sensação de insegurança. Danos à reputação institucional, prejuízos ao desempenho institucional. Destruição de reputação pessoal e adoecimento em acusações falsas.			Nível de Riscos	16
Identificação dos Controles Existentes					Residuais	
Descrição do Controle Atual			Avaliação do Controle		9,6	
São realizadas palestras por diversas unidades, são apuradas denúncias, se realizam campanhas na recepção de estudantes novos (Campanha Trote Sem Assédio). Há uma Comissão elaborando uma Política de Igualdade de Gênero para a UFSM sendo coordenada pela PRE que trata de assédio. Campanha Trote sem assédio. Há um grupo de estudos capacitando interessados para realizar mediação de conflitos.			3-Controles implementados mitigam alguns aspectos do risco, mas não contemplam todos os aspectos relevantes do risco devido a deficiências no desenho ou nas ferramentas utilizadas			
Controles Propostos / Ações Propostas						
Descrição			Objetivo	Área Responsável pela Implantação	Agente Responsável	
Qualificação do trabalho da Ouvidoria.			Adotar controle novo	Ouvidoria	Jorge Renato Alves da Silva	
Como será implementado	Intervenientes	Custo Estimado	Indicador de Controle de Eficiência	Periodicidade de Avaliação da Eficiência dos Controles	Data de Início	Data de Conclusão
Designar uma mulher na equipe da ouvidoria, capacitação em autocomposição e círculos restaurativos, capacitações sobre comunicação não violenta	Gabinete do Reitor		Número de atendimentos e de denúncias. Avaliação do clima organizacional	Anual	01/03/2019	31/12/2019
					Status	Não iniciado

Identificação de Eventos de Riscos					Avaliação dos Riscos	
Processos	Área	Evento de Risco			Inerentes	
Conduta pessoal	Todas	Assédio moral e sexual			Probabilidade	4 - Alta
Causa		Efeito/Consequência			Impacto	4 - Alto
Falta de conhecimento da caracterização de assédio sexual. Conduta indecorosa. Cultura maxista. Cultura do estupro. Sensação de impunidade. Desconforto para denunciar.		Danos físicos e psicológicos. Traumas e adoecimentos, como depressão. Afastamento dos estudos e/ou do trabalho. Tentativa de suicídio. Sensação de insegurança. Danos à reputação institucional, prejuízos ao desempenho institucional. Destruição de reputação pessoal e adoecimento em acusações falsas.			Nível de Riscos	16
Identificação dos Controles Existentes					Residuais	
Descrição do Controle Atual			Avaliação do Controle		9,6	
São realizadas palestras por diversas unidades, são apuradas denúncias, se realizam campanhas na recepção de estudantes novos (Campanha Trote Sem Assédio). Também, há uma Comissão elaborando uma Política de Igualdade de Gênero para a UFSM sendo coordenada pela PRE que trata de assédio.			3-Controles implementados mitigam alguns aspectos do risco, mas não contemplam todos os aspectos relevantes do risco devido a deficiências no desenho ou nas ferramentas utilizadas			
Controles Propostos / Ações Propostas						
Descrição			Objetivo	Área Responsável pela Implantação	Agente Responsável	
1- Aprovação da Política de Igualdade de Gênero 2- Planejamento da implantação da Casa Frida kahlo (Centro Multiprofissional de Acolhimento para a comunidade acadêmica)			Adotar controle novo	PRE	Jaciele Carine Sell	
Como será implementado	Intervenientes	Custo Estimado	Indicador de Controle de Eficiência	Periodicidade de Avaliação da Eficiência dos Controles	Data de Início	Data de Conclusão
A Política está em fase de finalização do texto, sendo apreciada por unidades da UFSM e deverá ser submetida ao CONSU para aprovação. Após será planejada e viabilizada a implantação da Casa Frida Kahlo.			Número de denúncias, diminuição da evasão nos cursos por parte de mulheres, número de remoções de servidoras por motivo de assédio, número de afastamentos do trabalho por motivo de assédio	Anual	20/11/2018	31/12/2019
					Status	Em andamento

Identificação de Eventos de Riscos						Avaliação dos Riscos	
Processos		Área		Evento de Risco		Inerentes	
Ensino		Áreas acadêmicas		Compra de trabalhos acadêmicos		Probabilidade	2 - Baixa
Causa			Efeito/Consequência			Impacto	3 - Médio
Falta de conscientização, sensação de impunidade, desmotivação com o tema/course, efeito negativo do produtivismo, não acompanhamento do orientador.			Formação deficiente (profissional e cidadã), diplomação sem atender aos requisitos de formação (ilegalidade) ou não se formar (evasão), prejuízos a imagem, processos de responsabilização.			Nível de Riscos	6
Identificação dos Controles Existentes						Residuais	
Descrição do Controle Atual				Avaliação do Controle			
Os professores orientadores acompanham o desenvolvimento dos trabalhos dos alunos.				2-Controles têm abordagens ad hoc, tendem a ser aplicados caso a caso, a responsabilidade é individual, havendo elevado grau de confiança no conhecimento das pessoas		4,8	
Controles Propostos / Ações Propostas							
Descrição			Objetivo		Área Responsável pela Implantação	Agente Responsável	
Promover palestras e campanhas orientativas sobre o assunto.			Melhorar controle existente		PROGRAD e PRPGP	Martha Bohrer Adaime e Thiago Ardenghi	
Como será implementado		Intervenientes	Custo Estimado	Indicador de Controle de Eficiência	Periodicidade de Avaliação da Eficiência dos Controles	Data de Início	Data de Conclusão
Promover palestras e campanhas orientativas sobre o assunto para a comunidade universitária para fortalecer a conscientização sobre a ilegalidade dessa prática.		Cursos de Graduação e Cursos de Pós-graduação, Coordenadoria de Comunicação Social, Núcleos de Divulgação Institucional, Núcleos de Apoio Pedagógico	-	Número de ocorrências relatadas, número de denúncias	Anual	01/03/2019	31/12/2019
						Status	Não iniciado

Identificação de Eventos de Riscos					Avaliação dos Riscos	
Processos	Área	Evento de Risco			Inerentes	
Todos	Todas	Conduta escandalosa recorrente			Probabilidade	2 - Baixa
Causa		Efeito/Consequência			Impacto	3 - Médio
Descompromisso do servidor, falta de consciência, falta de capacitação/preparo sobre a conduta adequada, vícios não tratados		Prejudicar o desempenho institucional, danos à imagem da instituição.			Nível de Riscos	6
Identificação dos Controles Existentes					Residuais	
Descrição do Controle Atual			Avaliação do Controle			
Inexistente.			1-Controles inexistentes, mal desenhados ou mal implementados		6	
Controles Propostos / Ações Propostas						
Descrição			Objetivo	Área Responsável pela Implantação	Agente Responsável	
Promover de campanha de conscientização.			Adotar controle novo	Comissão de Ética	Daniel Arruda Coronel	
Como será implementado	Intervenientes	Custo Estimado	Indicador de Controle de Eficiência	Periodicidade de Avaliação da Eficiência dos Controles	Data de Início	Data de Conclusão
Campanha de divulgação visando informar a comunidade dos serviços e ações oferecidos pela Comissão de Ética	Unidade de Comunicação Integrada/PROPLAN	-	Número de campanhas realizadas no ano. Número de pessoas atingidas pela campanha	Anual	01/03/2019	31/12/2019
					Status	Não iniciado

Identificação de Eventos de Riscos					Avaliação dos Riscos	
Processos	Área	Evento de Risco			Inerentes	
Processo de gestão de contratos	PROINFRA-CSG / DEMAPA / Gestor do Contrato	Conflito de interesse na contratação de funcionários dos prestadores de serviços			Probabilidade	4 - Alta
Causa		Efeito/Consequência			Impacto	3 - Média
Indicação de pessoas para trabalhar na empresa terceirizada devido a vínculo afetivo. Favorecimento de terceiros em troca de benefícios pessoais. Sensação de impunidade. Cultura do clientelismo. Insegurança para denunciar. Falta de transparência. Falta de treinamento dos gestores. Falta de fiscalização.		Aumento de custos, ilegalidade, falta de isonomia, desrespeito ao interesse público. Não selecionar o melhor fornecedor. Danos à reputação institucional, prejuízos ao desempenho institucional.			Nível de Riscos	12
Identificação dos Controles Existentes					Residuais	
Descrição do Controle Atual			Avaliação do Controle			
Curso de capacitação e seminários de gestão e fiscalização de contratos.			3-Controles implementados mitigam alguns aspectos do risco, mas não contemplam todos os aspectos relevantes do risco devido a deficiências no desenho ou nas ferramentas utilizadas		7,2	
Controles Propostos / Ações Propostas						
Descrição			Objetivo	Área Responsável pela Implantação	Agente Responsável	
Melhoria na redação dos contratos.			Adotar controle novo	Coordenadoria de Serviços Gerais/ PROINFRA	Jonas Carniel de Macedo	
Como será implementado	Intervenientes	Custo Estimado	Indicador de Controle de Eficiência	Periodicidade de Avaliação da Eficiência dos Controles	Data de Início	Data de Conclusão
Nos contratos novos incluir cláusula explicitando a proibição de indicação ou sugestão de contratação de funcionários terceirizados que prestarão serviços.	DEMAPA	-	Número de reclamações e de denúncias na Ouvidoria	Anual	20/11/2018	31/12/2019
					Status	Em andamento

Identificação de Eventos de Riscos					Avaliação dos Riscos	
Processos	Área	Evento de Risco			Inerentes	
Processo de gestão de contratos	PROINFRA-CSG / DEMAPA / Gestor do Contrato	Conflito de interesse na contratação de funcionários dos prestadores de serviços			Probabilidade	4 - Alta
Causa		Efeito/Consequência			Impacto	3 - Média
Indicação de pessoas para trabalhar na empresa terceirizada devido a vínculo afetivo. Favorecimento de terceiros em troca de benefícios pessoais. Sensação de impunidade. Cultura do clientelismo. Insegurança para denunciar. Falta de transparência. Falta de treinamento dos gestores. Falta de fiscalização.		Aumento de custos, ilegalidade, falta de isonomia, desrespeito ao interesse público. Não selecionar o melhor fornecedor. Danos à reputação institucional, prejuízos ao desempenho institucional.			Nível de Riscos	12
Identificação dos Controles Existentes					Residuais	
Descrição do Controle Atual			Avaliação do Controle			
Curso de capacitação e seminários de gestão e fiscalização de contratos.			3-Controles implementados mitigam alguns aspectos do risco, mas não contemplam todos os aspectos relevantes do risco devido a deficiências no desenho ou nas ferramentas utilizadas		7,2	
Controles Propostos / Ações Propostas						
Descrição			Objetivo	Área Responsável pela Implantação	Agente Responsável	
Capacitação para os fiscais conforme as especificidades de cada contrato.			Adotar controle novo	Núcleo de Fiscalização de Contratos/Coordenadoria de Serviços Gerais/ PROINFRA	Carmen Soares Andrade	
Como será implementado	Intervenientes	Custo Estimado	Indicador de Controle de Eficiência	Periodicidade de Avaliação da Eficiência dos Controles	Data de Início	Data de Conclusão
Reunião de orientação a cada contrato novo. Reuniões periódicas conforme necessidades.	DEMAPA, Núcleos de Infraestrutura ou equivalente.	-	Número de reclamações e de denúncias na Ouvidoria	Anual	20/11/2018	31/12/2019
					Status	Em andamento

Identificação de Eventos de Riscos					Avaliação dos Riscos	
Processos	Área	Evento de Risco			Inerentes	
Contratos	DEMAPA / PROINFRA	Conflito de interesse na fiscalização de contratos de prestação de serviços de terceiros			Probabilidade	3 - Média
Causa		Efeito/Consequência			Impacto	3 - Média
Fiscais com parentes, amigos na empresa a ser fiscalizada. Fiscais que tenham recebido algum benefício da empresa a ser fiscalizada. Sensação de impunidade. Insegurança para denunciar.		Aumento de custos, ilegalidade, desvios de recursos, falta de isonomia, desrespeito ao interesse público. Danos à reputação institucional, prejuízos ao desempenho institucional.			Nível de Riscos	9
Identificação dos Controles Existentes					Residuais	
Descrição do Controle Atual			Avaliação do Controle			
Apuração de denúncias de vinculação de parentesco ou afinidade por meio de sindicância.			1-Controles inexistentes, mal desenhados ou mal implementados		9	
Controles Propostos / Ações Propostas						
Descrição			Objetivo	Área Responsável pela Implantação	Agente Responsável	
Cruzamento de dados para identificar relações de parentesco ou afinidade entre fiscais de contratos e colaboradores terceirizados vinculados a estes contratos.			Adotar controle novo	Coordenadoria de Serviços Gerais/ PROINFRA	Jonas Carniel de Macedo	
Como será implementado	Intervenientes	Custo Estimado	Indicador de Controle de Eficiência	Periodicidade de Avaliação da Eficiência dos Controles	Data de Início	Data de Conclusão
Pesquisa por amostragem na listagem de contratados com sobrenome idêntico ao do fiscal. Exigir declaração de não impedimento do fiscal.	Gestor do Contrato, Empresa Contratada	-	Número de casos identificados/redução do número de sindicâncias investigativas	Anual	01/03/2019	31/12/2019
					Status	Não iniciado

Identificação de Eventos de Riscos					Avaliação dos Riscos	
Processos	Área	Evento de Risco			Inerentes	
Decisões em reuniões	Órgãos Colegiados	Conflito de interesse nas decisões colegiadas			Probabilidade	4 - Alta
Causa		Efeito/Consequência			Impacto	4 - Alto
<p>Alguns regimentos não permitem a declaração de impedimento em algumas decisões. Uniformização dos regimentos dos centros. Não conhecimento dos casos que levam a impedimento e suspeição em decisões colegiadas. Falta de regramento, rigor, transparência e ética nos processos de tomada de decisão. Favorecimento de terceiros por afinidade ou em troca de benefícios pessoais. Cultura do favorecimento. Julgamento tendencioso. Rivalidade. Sensação de impunidade. Insegurança para denunciar.</p>		<p>Apropriação de informações privilegiadas que gerem vantagem competitiva. Ilegalidade, falta de isonomia, parcialidade, injustiça, desrespeito ao mérito, desrespeito ao interesse público. Danos à reputação institucional, prejuízos ao desempenho institucional.</p>			Nível de Riscos	16
Identificação dos Controles Existentes					Residuais	
Descrição do Controle Atual			Avaliação do Controle			
Inexistente.			1-Controles inexistentes, mal desenhados ou mal implementados		16	
Controles Propostos / Ações Propostas						
Descrição			Objetivo	Área Responsável pela Implantação	Agente Responsável	
Cartilha de orientação para conselheiros.			Melhorar controle existente	PROPLAN	Frank Leonardo Casado	
Como será implementado	Intervenientes	Custo Estimado	Indicador de Controle de Eficiência	Periodicidade de Avaliação da Eficiência dos Controles	Data de Início	Data de Conclusão
Ofício com orientação para o presidente da CLR e CLN; Ofício para secretaria dos conselhos superiores para comunicação aos conselheiros; Ofício para os conselhos dos centros de ensino.	Secretaria dos Conselhos Secretaria das Unidades de Ensino	-	Número de ocorrências relatadas, número de denúncias	Anual	01/03/2019	31/12/2019
					Status	Não iniciado

Identificação de Eventos de Riscos					Avaliação dos Riscos	
Processos	Área	Evento de Risco			Inerentes	
Decisões em reuniões	Órgãos Colegiados	Conflito de interesse nas decisões colegiadas			Probabilidade	4 - Alta
Causa		Efeito/Consequência			Impacto	4 - Alto
Alguns regimentos não permitem a declaração de impedimento em algumas decisões. Uniformização dos regimentos dos centros. Não conhecimento dos casos que levam a impedimento e suspeição em decisões colegiadas. Falta de regimento, rigor, transparência e ética nos processos de tomada de decisão. Favorecimento de terceiros por afinidade ou em troca de benefícios pessoais. Cultura do favorecimento. Julgamento tendencioso. Rivalidade. Sensação de impunidade. Insegurança para denunciar.		Apropriação de informações privilegiadas que gerem vantagem competitiva. Ilegalidade, falta de isonomia, parcialidade, injustiça, desrespeito ao mérito, desrespeito ao interesse público. Danos à reputação institucional, prejuízos ao desempenho institucional.			Nível de Riscos	16
Identificação dos Controles Existentes					Residuais	
Descrição do Controle Atual			Avaliação do Controle			
Inexistente.			1-Controles inexistentes, mal desenhados ou mal implementados		16	
Controles Propostos / Ações Propostas						
Descrição			Objetivo	Área Responsável pela Implantação	Agente Responsável	
Registrar os votos dos conselheiros.			Melhorar controle existente	Secretaria dos Conselhos	Eliane de Avila Colussi	
Como será implementado	Intervenientes	Custo Estimado	Indicador de Controle de Eficiência	Periodicidade de Avaliação da Eficiência dos Controles	Data de Início	Data de Conclusão
Implementação de solução tecnológica ou não tecnológica para registro dos votos Ofício com orientação para o presidente da CLR e CLN; Ofício para secretaria dos conselhos superiores para comunicação aos conselheiros; Ofício para os conselhos dos centros de ensino	CPD, PROPLAN, Secretaria dos Conselhos e Unidades	-	Solução implementada	Anual	01/03/2019	31/12/2019
					Status	Não iniciado

Identificação de Eventos de Riscos					Avaliação dos Riscos	
Processos	Área	Evento de Risco			Inerentes	
Seleção de bolsistas (bolsas de ensino)	Coordenador de Curso, Coordenador de Projeto	Conflito de interesse no processo de seleção bolsistas e imperícia na aplicação da legislação e normativas institucionais			Probabilidade	4 - Alta
Causa		Efeito/Consequência			Impacto	3 - Médio
Falta de conhecimento/capacitação sobre a legislação. Falta de uniformidade e rigor no processo de seleção. Sensação de impunidade. Cultura do clientelismo. Insegurança para denunciar.		Ilegalidade, falta de isonomia, parcialidade, injustiça, desrespeito ao mérito, desrespeito ao interesse público. Não selecionar o melhor candidato. Danos à reputação institucional, prejuízos ao desempenho institucional. Penalidades pelo não atendimento ao regulamento das agências de fomento.			Nível de Riscos	12
Identificação dos Controles Existentes					Residuais	
Descrição do Controle Atual				Avaliação do Controle		
É recomendado que sejam realizados editais (PET, PIBID, FIEN, PROLICEN, DESCUBRA, Residência Pedagógica, Ingresso Acadêmico). A PROGRAD disponibiliza modelos de editais e os coordenadores de área e institucional realizam as seleções. Os procedimentos são padronizados. A Bolsa formação segue as definições e os critérios da Resolução n. 017/1999 para a seleção de beneficiários.				3-Controles implementados mitigam alguns aspectos do risco, mas não contemplam todos os aspectos relevantes do risco devido a deficiências no desenho ou nas ferramentas utilizadas		
7,2						
Controles Propostos / Ações Propostas						
Descrição			Objetivo	Área Responsável pela Implantação	Agente Responsável	
1- Melhorar a divulgação/transparência dos processos de seleção e destinação das bolsas. 2- Melhorar o controle de bolsas de formação para evitar duplicação de pagamento. 3- Atualizar os editais em conformidade com a legislação de cotas para bolsas.			Melhorar controle existente	PROGRAD	Martha Bohrer Adaime	
Como será implementado	Intervenientes	Custo Estimado	Indicador de Controle de Eficiência	Periodicidade de Avaliação da Eficiência dos Controles	Data de Início	Data de Conclusão
Melhorar a redação dos documentos de cada etapa do processo, aumentar o detalhamento, divulgar via site e Facebook.	Coordenadores dos Projetos, Coordenadores de Cursos, Direção de Centro	-	Número de ocorrências relatadas, número de denúncias, apontamentos de auditoria. Adequação a legislação.	Anual	01/01/2019	31/12/2019
					Status	Em andamento

Identificação de Eventos de Riscos					Avaliação dos Riscos	
Processos	Área	Evento de Risco			Inerentes	
Seleção de bolsistas (bolsa ensino, pesquisa, extensão)	Coordenador de Projeto	Conflito de interesse nos processo de seleção bolsistas e imperícia na aplicação da legislação e normativas institucionais			Probabilidade	4 - Alta
Causa		Efeito/Consequência			Impacto	3 - Médio
Falta de conhecimento/capacitação sobre a legislação. Falta de uniformidade e rigor no processo de seleção. Sensação de impunidade. Cultura do clientelismo. Insegurança para denunciar.		Ilegalidade, falta de isonomia, parcialidade, injustiça, desrespeito ao mérito, desrespeito ao interesse público. Não selecionar o melhor candidato. Danos à reputação institucional, prejuízos ao desempenho institucional. Penalidades pelo não atendimento ao regulamento das agências de fomento.			Nível de Riscos	12
Identificação dos Controles Existentes					Residuais	
Descrição do Controle Atual				Avaliação do Controle		
1- Nomeação de um supervisor financeiro para cada projeto executado em parceria com a fundação de apoio. 2- Orientação de coordenadores pela PROPLAN, AGITTEC, PRA, DEMAPA e DCF.				3-Controles implementados mitigam alguns aspectos do risco, mas não contemplam todos os aspectos relevantes do risco devido a deficiências no desenho ou nas ferramentas utilizadas		
				7,2		
Controles Propostos / Ações Propostas						
Descrição			Objetivo		Área Responsável pela Implantação	Agente Responsável
1- Adequação das normas existentes 2- Capacitação dos Coordenadores de projetos 3- Cartilha de orientação para os coordenadores de projetos			Melhorar controle existente		PROPLAN	Guilherme Flores dos Santos
Como será implementado	Intervenientes	Custo Estimado	Indicador de Controle de Eficiência		Periodicidade de Avaliação da Eficiência dos Controles	Data de Início
1- Tramitar ao conselho universitário proposta de nova resolução; 2- Montar curso a distância padronizado aos coordenadores e supervisores financeiros de projetos 3- Constante divulgação das normas e palestras com órgãos externos de controle	DEMAPA, PRA, PROGEP, GAPs, FATEC, AGITTEC	-	Resolução adequada, Número de capacitações, Número de pessoas capacitadas		Anual	01/02/2019
						Status
						Não iniciado

Identificação de Eventos de Riscos						Avaliação dos Riscos	
Processos	Área	Evento de Risco				Inerentes	
Seleção de bolsistas (bolsa ensino, pesquisa)	Coordenador de Curso, Coordenador de Projeto	Conflito de interesse nos processo de seleção bolsistas e imperícia na aplicação da legislação e normativas institucionais				Probabilidade	4 - Alta
Causa		Efeito/Consequência				Impacto	3 - Médio
Falta de conhecimento/capacitação sobre a legislação. Falta de uniformidade e rigor no processo de seleção. Sensação de impunidade. Cultura do clientelismo. Insegurança para denunciar.		Ilegalidade, falta de isonomia, parcialidade, injustiça, desrespeito ao mérito, desrespeito ao interesse público. Não selecionar o melhor candidato. Danos à reputação institucional, prejuízos ao desempenho institucional. Penalidades pelo não atendimento ao regulamento das agências de fomento.				Nível de Riscos	12
Identificação dos Controles Existentes						Residuais	
Descrição do Controle Atual				Avaliação do Controle			
Site da PRPGP com página dedicada a documentação e normativas sobre as bolsas da pós-graduação. Manual de introdução às bolsas na UFSM. Orientações constantes em contatos de forma diversa com os envolvidos.				3-Controles implementados mitigam alguns aspectos do risco, mas não contemplam todos os aspectos relevantes do risco devido a deficiências no desenho ou nas ferramentas utilizadas		7,2	
Controles Propostos / Ações Propostas							
Descrição			Objetivo		Área Responsável pela Implantação	Agente Responsável	
Reforçar informações aos cursos. Encontro com os coordenadores para explicar as normas. Sugerir que sejam estabelecidos claramente critérios de manutenção de bolsa a fim de seguir o regimento de bolsa via circular.			Melhorar controle existente		PRPGP	Thiago Ardenghi	
Como será implementado	Intervenientes	Custo Estimado	Indicador de Controle de Eficiência		Periodicidade de Avaliação da Eficiência dos Controles	Data de Início	Data de Conclusão
Reuniões de orientação aos coordenadores de programas de pós-graduação	Comissão de Bolsas dos PPGs e Colegiados dos Cursos	-	Número de denúncias		Anual	01/03/2019	31/12/2019
						Status	Não iniciado

Identificação de Eventos de Riscos					Avaliação dos Riscos	
Processos	Área	Evento de Risco			Inerentes	
Processo de concurso de servidores	PROGEP / Bancas de concurso	Conflito de interesse nos processos de concurso e seleção de servidores			Probabilidade	4 - Alta
Causa		Efeito/Consequência			Impacto	4 - Alto
Favorecimento de terceiros por afinidade ou em troca de benefícios pessoais. Falta de rigor no processo de seleção. Cultura do favorecimento. Julgamento tendencioso. Sensação de impunidade. Cultura do clientelismo. Insegurança para denunciar.		Vazamento das informações dos envolvidos no processo de seleção. Apropriação de informações privilegiadas que gerem vantagem competitiva. Ilegalidade, falta de isonomia, parcialidade, injustiça, desrespeito ao mérito, desrespeito ao interesse público. Não selecionar o melhor candidato. Danos à reputação institucional, prejuízos ao desempenho institucional.			Nível de Riscos	16
Identificação dos Controles Existentes					Residuais	
Descrição do Controle Atual				Avaliação do Controle		
Declarações dos membros das comissões examinadoras de concursos públicos docentes de que não possuem impedimento para participar das comissões, após terem conhecimento da listagem dos inscritos nos concursos, conforme previsto nos Art. 11 e 15 da Resolução 030/2013-UFSM. Declarações dos membros das bancas examinadoras de concursos públicos de TAEs de que não possuem impedimento para participar das bancas.				3-Controles implementados mitigam alguns aspectos do risco, mas não contemplam todos os aspectos relevantes do risco devido a deficiências no desenho ou nas ferramentas utilizadas		
9,6						
Controles Propostos / Ações Propostas						
Descrição			Objetivo	Área Responsável pela Implantação	Agente Responsável	
1- Aperfeiçoar a Resolução 030/2013-UFSM, que rege os concursos públicos docentes na UFSM. 2- Capacitação para os departamentos didáticos da UFSM e membros das bancas, quanto à importância do sigilo e ética necessários para a condução dos concursos.			Melhorar controle existente	CCON/PROGEP	Paula Borges Tronco	
Como será implementado	Intervenientes	Custo Estimado	Indicador de Controle de Eficiência	Periodicidade de Avaliação da Eficiência dos Controles	Data de Início	Data de Conclusão
1- Formar um grupo de trabalho para analisar e reformular a Resolução 030/2013-UFSM. 2- Planejar e ofertar cursos de capacitação.	NED/PROGEP, Chefes de Departamento, Direções de Unidades, CLNs de unidades e CLN do CEPE.	-	Número de recursos e número de servidores capacitados.	Anual	01/03/2019	31/12/2019
					Status	Não Iniciado

Identificação de Eventos de Riscos					Avaliação dos Riscos		
Processos	Área	Evento de Risco			Inerentes		
Processo de aquisição/licitação	DEMAPA / Setores responsáveis por aquisições	Conflito de interesse nos processos de licitação e dispensa de licitação (bens e serviços)			Probabilidade	4 - Alta	
Causa		Efeito/Consequência			Impacto	4 - Alto	
Favorecimento de terceiros em troca de benefícios pessoais. Os setores planejam o processo de licitação. Descentralização do processo e dificuldade de fiscalizar. Falta de uniformidade nos procedimentos. Sensação de impunidade. Cultura do clientelismo. Insegurança para denunciar. Segregação de função.		Aumento de custos, ilegalidade, falta de isonomia, desrespeito ao interesse público. Não selecionar o melhor fornecedor. Danos à reputação institucional, prejuízos ao desempenho institucional.			Nível de Riscos	16	
Identificação dos Controles Existentes					Residuais		
Descrição do Controle Atual			Avaliação do Controle		Residuais		
Ações de capacitação. Curso ciclo da contratação pública.			4-Controles implementados e sustentados por ferramentas adequadas e, embora passíveis de aperfeiçoamento, mitigam o risco satisfatoriamente		6.4		
Controles Propostos / Ações Propostas							
Descrição			Objetivo		Área Responsável pela Implantação	Agente Responsável	
Transparência de todo o processo de licitações e contratações, bem como das dispensas de licitação na web.			Melhorar controle existente		DEMAPA	Alessandra Bavaresco	
Como será implementado	Intervenientes	Custo Estimado	Indicador de Controle de Eficiência		Periodicidade de Avaliação da Eficiência dos Controles	Data de Início	
Ampliar a quantidade de informações disponibilizadas no site da UFSM para acesso da sociedade (publicização dos (resultados) das licitações e contratações, bem como das dispensas de licitação na web).	CPD, PRA	-	Notas de órgãos de controle, número de denúncias na Ouvidoria, número de processos na COPSIA.		Anual	01/03/2019	31/12/2019
						Status	Não Iniciado

Identificação de Eventos de Riscos					Avaliação dos Riscos	
Processos	Área	Evento de Risco			Inerentes	
Seleção de alunos de pós-graduação	Programas de Pós-graduação e PRPGP	Conflito de interesse nos processos seletivos de pós-graduação			Probabilidade	4 - Alta
Causa		Efeito/Consequência			Impacto	4 - Alto
Desatenção ao que consta no Edital. Favorecimento a terceiros por afinidade ou em troca de benefícios pessoais. Falta de rigor no processo de seleção. Cultura do favorecimento. Favoritismo. Julgamento tendencioso. Sensação de impunidade. Cultura do clientelismo. Insegurança para denunciar.		Vazamento das informações dos envolvidos no processo de seleção. Ilegalidade, falta de isonomia, parcialidade, injustiça, desrespeito ao mérito, desrespeito ao interesse público. Não selecionar o melhor candidato. Danos à reputação institucional, prejuízos ao desempenho institucional.			Nível de Riscos	16
Identificação dos Controles Existentes					Residuais	
Descrição do Controle Atual				Avaliação do Controle		
Membro da Comissão de Seleção preencher declaração de impedimento à participação devido a parentesco ou outras situações; Entrevista sem caráter eliminatório ou entrevista sem peso; Avaliação interna de todo o processo do edital; Edital enviado a PROJUR antes da divulgação; ampla divulgação pela PRPGP e pelos PPG's em suas etapas de seleção; Candidatos classificados são divulgados.				4-Controles implementados e sustentados por ferramentas adequadas e, embora passíveis de aperfeiçoamento, mitigam o risco satisfatoriamente		
				6,4		
Controles Propostos / Ações Propostas						
Descrição			Objetivo	Área Responsável pela Implantação	Agente Responsável	
Orientação aos programas de pós-graduação.			Melhorar controle existente	PRPGP	Thiago Ardenghi	
Como será implementado	Intervenientes	Custo Estimado	Indicador de Controle de Eficiência	Periodicidade de Avaliação da Eficiência dos Controles	Data de Início	Data de Conclusão
Normativas e instruções serão enviadas aos programas previamente e durante as etapas do processo seletivo Divulgação prévia aos PPG's, Coordenadores e Comissões envolvidas	PROJUR, Coordenadores de Programa de Pós-graduação	-	Número de recursos e denúncias. Número de causas perdidas. Número de denúncias procedentes.	Semestral	21/11/2018	31/04/2019
					Status	Em andamento

Identificação de Eventos de Riscos					Avaliação dos Riscos		
Processos		Área		Evento de Risco		Inerentes	
Contratos		DEMAPA e PROINFRA		Conflito de interesse/suborno/negligência/má fé na fiscalização de contratos de obras		Probabilidade	2 - Baixa
Causa			Efeito/Consequência			Impacto	3 - Médio
Interesses particulares do servidor, servidor desmotivado, servidor com perfil inadequado para a função, servidor não capacitado, sensação de impunidade, falta de rigor no processo de execução e fiscalização.			Aumento de custos, ilegalidade, enriquecimento ilícito, serviços mal prestados, desrespeito ao interesse público. Inviabilidade de uso da obra. Danos à reputação institucional. Afetar o desempenho institucional.			Nível de Riscos	6
Identificação dos Controles Existentes					Residuais		
Descrição do Controle Atual				Avaliação do Controle		3,6	
Os projetos são elaborados por uma equipe multidisciplinar de engenheiros e arquitetos. Comissão de recebimento de obra vistoria antes do recebimento definitivo e elabora um relatório que é levado a conhecimento da empresa fornecedora. O recebimento é realizado após os apontamentos de irregularidades serem sanados. A equipe de manutenção atenta aos prazos de garantia de cada obra. Quando necessário, a empresa é acionada para refazer os serviços em garantia. Os Pró-Reitores junto com fiscal de cada obra e a equipe de projetos visitam as obras sempre que chamados ou quando surge uma dúvida. As comunicações entre a UFSM e a empresa é feita por ofícios para documentar e personalizar ações. Em 2018 foram realizadas reuniões gerais com projetistas e fiscais.				3-Controles implementados mitigam alguns aspectos do risco, mas não contemplam todos os aspectos relevantes do risco devido a deficiências no desenho ou nas ferramentas utilizadas			
Controles Propostos / Ações Propostas							
Descrição			Objetivo	Área Responsável pela Implantação	Agente Responsável		
1- Seminário de formação 2- Qualificação do processo de fiscalização e controle de contratos de obras			Melhorar controle existente	PROINFRA	José Mário Doleys Soares		
Como será implementado		Intervenientes	Custo Estimado	Indicador de Controle de Eficiência	Periodicidade de Avaliação da Eficiência dos Controles	Data de Início	Data de Conclusão
1- Seminário de formação abordando os problemas enfrentados e planejamento de ações de mitigação de eventos indesejados. 2- Criar protocolos de elaboração de projetos e fiscalização de obras. 3- Melhoria do recebimento e gerenciamento das demandas das unidades, com atenção à priorização de atendimento, maior detalhamento da necessidade e da finalidade por parte dos usuários. Maior comprometimento dos usuários. 4- Implantação de um software de controle dos processos de projetos e de fiscalização das obras. 5- Aquisição de softwares de tecnologia de desenho auxiliado por computador e modelagem tridimensional.		PRA, DEMAPA, CPD	R\$80.000,00	Número de eventos, números de pessoas capacitadas. Número de aditivos nos contratos das obras, número de acionamento de garantias e número de manutenções prediais por obra.	Anual	26/11/2018	31/12/2019
					Status	Em andamento	

Identificação de Eventos de Riscos					Avaliação dos Riscos	
Processos	Área	Evento de Risco			Inerentes	
Aulas	Cursos	Delegação da função de ministrar aula para orientandos acima do permitido e sem supervisão			Probabilidade	3 - Média
Causa		Efeito/Consequência			Impacto	4 - Alto
Descumprimento das obrigações dos encargos didáticos.		Enriquecimento ilícito, ilegalidade, prejuízos a imagem, prejuízos na qualidade do ensino.			Nível de Riscos	12
Identificação dos Controles Existentes					Residuais	
Descrição do Controle Atual				Avaliação do Controle		
Resolução n. 018/2008. Regimento Interno da Pós-Graduação. Instrução Normativa n. 002/2018/PROGRAD direcionada aos departamentos de ensino, aos coordenadores de cursos e aos alunos.				4-Controles implementados e sustentados por ferramentas adequadas e, embora passíveis de aperfeiçoamento, mitigam o risco satisfatoriamente		
				4,8		
Controles Propostos / Ações Propostas						
Descrição			Objetivo	Área Responsável pela Implantação	Agente Responsável	
1- Dar amplo conhecimento ao público universitário 2- Regulamentar o assunto			Melhorar controle existente	PROGRAD	Martha Bohrer Adaime	
Como será implementado	Intervenientes	Custo Estimado	Indicador de Controle de Eficiência	Periodicidade de Avaliação da Eficiência dos Controles	Data de Início	Data de Conclusão
1- Reforçar as disposições existentes sobre a prática adequada da docência orientada e aumentar a divulgação incluindo o assunto na nova versão do Guia Acadêmico. 2- Melhorar a redação e tramitar a Instrução Normativa no formato de minuta de Resolução para ser aprovada pelo Conselho Universitário.	CPD, DERCA, Departamentos de Ensino e Coordenações de Cursos	-	Resolução aprovada. Avaliação docente pelo discente	Semestral	01/03/2019	31/12/2019
					Status	Não iniciado

Identificação de Eventos de Riscos					Avaliação dos Riscos	
Processos	Área	Evento de Risco			Inerentes	
Lotação de pessoal	PROGEP	Desvio de função			Probabilidade	2 - Baixa
Causa		Efeito/Consequência			Impacto	3 - Médio
Exercer atividades incompatíveis com o cargo por designação do chefe ou por convivência		Fere a impessoalidade e a imagem institucional.			Nível de Riscos	6
Identificação dos Controles Existentes					Residuais	
Descrição do Controle Atual			Avaliação do Controle		3,6	
1- Análise das demandas de trabalho encaminhadas pelas chefias na solicitação de um novo servidor, visando identificar o cargo adequado. 2- Análise de perfil no ingresso do servidor, visando adequada lotação. 3- Encaminhamento do Memorando Circular 020/2018-PROGEP, orientando sobre a temática.			3-Controles implementados mitigam alguns aspectos do risco, mas não contemplam todos os aspectos relevantes do risco devido a deficiências no desenho ou nas ferramentas utilizadas			
Controles Propostos / Ações Propostas						
Descrição			Objetivo	Área Responsável pela Implantação	Agente Responsável	
Criação de comissão para analisar os casos apontados pelas unidades.			Melhorar controle existente	PROGEP	Márcia Helena do Nascimento Lorentz	
Como será implementado	Intervenientes	Custo Estimado	Indicador de Controle de Eficiência	Periodicidade de Avaliação da Eficiência dos Controles	Data de Início	Data de Conclusão
Indicação de representantes de coordenadorias da PROGEP relacionadas ao assunto, para formar a comissão que irá atuar sob demanda.	-	-	Número de solicitações (demandas) recebidas na PROGEP.	Anual	01/03/2019	31/12/2019
			Número de situações de desvio de função reconhecidas pela comissão.		Status	Não iniciado

Identificação de Eventos de Riscos					Avaliação dos Riscos	
Processos	Área	Evento de Risco			Inerentes	
Todos	Todas	Exercício de representação/ responsabilidade de CNPJ, ou sócio administrador de empresa privada por parte de servidores			Probabilidade	4 - Alta
Causa		Efeito/Consequência			Impacto	4 - Alto
Desconhecimento de regras de conduta, sensação de impunidade, interesses particulares do servidor acima dos interesses públicos, insegurança para denunciar.		Improdutividade, ilegalidade, enriquecimento ilícito, afetar o atendimento dos usuários, o desenvolvimento do trabalho da instituição e o desempenho institucional; desrespeitar o interesse público.			Nível de Riscos	16
Identificação dos Controles Existentes					Residuais	
Descrição do Controle Atual			Avaliação do Controle		6,4	
1- Consulta do CNPJ da empresa no cadastro do SICAF. O relatório gerado identifica se há vínculo de servidores da UFSM com a empresa. 2- Declaração que o servidor assinada, no momento da posse, de que não participa de gerência ou administração de sociedade privada.			4-Controles implementados e sustentados por ferramentas adequadas e, embora passíveis de aperfeiçoamento, mitigam o risco satisfatoriamente			
Controles Propostos / Ações Propostas						
Descrição			Objetivo	Área Responsável pela Implantação	Agente Responsável	
1- Promover eventos de capacitação 2- Usar o sistema SeCI.			Melhorar controle existente	PROGEP	Márcia Helena do Nascimento Lorentz	
Como será implementado	Intervenientes	Custo Estimado	Indicador de Controle de Eficiência	Periodicidade de Avaliação da Eficiência dos Controles	Data de Início	Data de Conclusão
1- Aprimorar a discussão da temática em eventos de capacitação aos servidores (Seminário de Integração e Lidere) e canais de comunicação da PROGEP. 2- Adotar a sistemática de consulta via sistema SeCI	Coordenadoria de Comunicação Social, Núcleo de Comunicação Integrada e COPSIA.	-	Quantidade de servidores capacitados. Sistema implantado. Quantitativo de servidores apontados em diligências de órgãos externos de controle.	Anual	01/03/2019	31/12/2019
					Status	Não iniciado

Identificação de Eventos de Riscos					Avaliação dos Riscos	
Processos	Área		Evento de Risco		Inerentes	
Diversos	Todas		Falsidade ideológica na utilização de senhas institucionais		Probabilidade	4 - Alta
Causa			Efeito/Consequência		Impacto	4 - Alto
Falta de conscientização, sensação de impunidade, excesso de registros a fazer			Acesso à informações restritas, mau uso de informações, alteração indevida de registros		Nível de Riscos	16
Identificação dos Controles Existentes					Residuais	
Descrição do Controle Atual			Avaliação do Controle		16	
É necessário realizar uma solicitação para obter os acessos aos sistemas, no entanto, não são verificadas informações antes da concessão do acesso. Nenhum outro controle é implementado.			1-Controles inexistentes, mal desenhados ou mal implementados			
Controles Propostos / Ações Propostas						
Descrição			Objetivo	Área Responsável pela Implantação	Agente Responsável	
Estabelecer política de controle de acesso e qualificar o sistema interno.			Adotar controle novo	CPD	Gustavo Chiapinotto	
Como será implementado	Intervenientes	Custo Estimado	Indicador de Controle de Eficiência	Periodicidade de Avaliação da Eficiência dos Controles	Data de Início	Data de Conclusão
1- Definição de Políticas de controle de acesso conforme a norma complementar 07 do DSIC; 2- Definição de Papéis e Permissões de acesso (PROGEP); 3- Implantar e divulgar processo específico para liberação com fornecimento de documento de responsabilidade; 4- Implantar e divulgar processo de revogação de acessos.	PROPLAN, PROGEP, Gabinete do Reitor	-	Redução no número de permissões indevidas	Semestral	01/03/2019	31/12/2019
					Status	Não iniciado

Identificação de Eventos de Riscos					Avaliação dos Riscos	
Processos	Área	Evento de Risco			Inerentes	
Todos	Todas	Falta de urbanidade, parcialidade no atendimento ao público			Probabilidade	3 - Média
Causa		Efeito/Consequência			Impacto	3 - Médio
Perfil inadequado para exercer a função de atendimento ao público, despreparo		Mau atendimento dos usuários, contaminar o clima organizacional, prejudicar o desempenho das atividades, danos à imagem da instituição.			Nível de Riscos	9
Identificação dos Controles Existentes					Residuais	
Descrição do Controle Atual			Avaliação do Controle			
Capacitação de qualidade no atendimento ao público ofertado pela PROGEP.			2-Controles têm abordagens ad hoc, tendem a ser aplicados caso a caso, a responsabilidade é individual, havendo elevado grau de confiança no conhecimento das pessoas		7,2	
Controles Propostos / Ações Propostas						
Descrição			Objetivo	Área Responsável pela Implantação	Agente Responsável	
Promover de campanha de conscientização.			Adotar controle novo	Comissão de Ética	Daniel Arruda Coronel	
Como será implementado	Intervenientes	Custo Estimado	Indicador de Controle de Eficiência	Periodicidade de Avaliação da Eficiência dos Controles	Data de Início	Data de Conclusão
Criar um manual de boas práticas e urbanidade no serviço público e fazer ampla divulgação	Unidade de Comunicação Integrada/PROPLAN	-	Campanha criada, manual criado. Número de pessoas atingidas pela campanha	Anual	01/03/2019	31/12/2019
					Status	Não iniciado

Identificação de Eventos de Riscos					Avaliação dos Riscos	
Processos	Área	Evento de Risco			Inerentes	
Diversos, especialmente atendimento de pacientes	Todas, especialmente no HUSM	Imperícia profissional e negligência			Probabilidade	3 - Média
Causa		Efeito/Consequência			Impacto	4 - Alto
Falta de comprometimento na realização do trabalho.		Indenizações, prejuízos a imagem.			Nível de Riscos	12
Identificação dos Controles Existentes					Residuais	
Descrição do Controle Atual			Avaliação do Controle		7,2	
1- Análise de perfil no ingresso do servidor, visando adequada lotação, de acordo com as competências individuais. 2- Realização da Avaliação do Estágio Probatório. 3- Realização do Programa de Avaliação de Desempenho. 4- Realização de capacitações visando aperfeiçoamentos técnicos.			3-Controles implementados mitigam alguns aspectos do risco, mas não contemplam todos os aspectos relevantes do risco devido a deficiências no desenho ou nas ferramentas utilizadas			
Controles Propostos / Ações Propostas						
Descrição			Objetivo	Área Responsável pela Implantação	Agente Responsável	
Otimização dos processos existentes.			Melhorar controle existente	PROGEP	Márcia Helena do Nascimento Lorentz	
Como será implementado	Intervenientes	Custo Estimado	Indicador de Controle de Eficiência	Periodicidade de Avaliação da Eficiência dos Controles	Data de Início	Data de Conclusão
1- Aperfeiçoar os controles atuais, demonstrando a importância que estes processos possuem para minimizar os riscos. 2- Implementação do mapeamento de competências.	HUSM		Número de denúncias e processos administrativos relacionados ao risco.	Anual	01/03/2019	31/12/2019
					Status	Não iniciado

Identificação de Eventos de Riscos					Avaliação dos Riscos	
Processos	Área	Evento de Risco			Inerentes	
Registro de frequência	Servidores TAES / PROGEP	Irregularidades no registro de frequência do ponto			Probabilidade	2 - Baixa
Causa		Efeito/Consequência			Impacto	4 - Alto
Falta de conscientização, negligência, sensação de impunidade, desmotivação, desídia, falha na alocação de pessoal, convivência da chefia. Insegurança para denunciar.		Improdutividade, ilegalidade e enriquecimento ilícito. Afetar o atendimento dos usuários, o desenvolvimento do trabalho da instituição e o desempenho institucional. Desrespeitar o interesse público.			Nível de Riscos	8
Identificação dos Controles Existentes					Residuais	
Descrição do Controle Atual			Avaliação do Controle		4,8	
1- Sistema eletrônico de controle da jornada de trabalho com registro biométrico. 2- Sensibilização das chefias quanto às responsabilidades que possuem no controle da jornada de trabalho dos seus servidores.			3-Controles implementados mitigam alguns aspectos do risco, mas não contemplam todos os aspectos relevantes do risco devido a deficiências no desenho ou nas ferramentas utilizadas			
Controles Propostos / Ações Propostas						
Descrição			Objetivo	Área Responsável pela Implantação	Agente Responsável	
Ajustes no sistema eletrônico de controle de jornada de trabalho buscando aperfeiçoar o sistema para impedir registros irregulares.			Melhorar controle existente	PROGEP	Márcia Helena do Nascimento Lorentz	
Como será implementado	Intervenientes	Custo Estimado	Indicador de Controle de Eficiência	Periodicidade de Avaliação da Eficiência dos Controles	Data de Início	Data de Conclusão
Adequações no sistema eletrônico de controle da jornada de trabalho estão sendo realizadas pelo Centro de Processamento de Dados e tem previsão de serem implementadas a partir de dezembro/2018 e março/2019.	CPD e Chefias	-	Número de denúncias e processos administrativos relacionados ao risco.	Semestral	01/12/2018	31/12/2019
					Status	Em andamento

Identificação de Eventos de Riscos					Avaliação dos Riscos	
Processos		Área		Evento de Risco		
Convênios, acordos de parceria e contratos para execução de projetos		PRA, PROPLAN, AGITTEC, GAPs, Departamentos		Nepotismo e conflito de interesse na gestão e supervisão de projetos com repercussão financeira		
Causa		Efeito/Consequência				
Porque os servidores não querem assumir esse compromisso. Exige bastante responsabilidade e não há gratificação para a função. É um trabalho 'non grato'. Os servidores evitam assumir esse compromisso. Acabam ocorrendo trocas de favores e cruzamentos de funções entre projetos. Fiscal com vínculo familiar com o coordenador. Bolsistas com vínculo familiar com o coordenador. Favorecimentos cruzados entre projetos. Sensação de impunidade. Cultura do clientelismo. Insegurança para denunciar.		Aumento de custos, ilegalidade, desconhecimento da função, desvios de recursos, falta de isonomia, desrespeito ao interesse público. Danos à reputação institucional. Afetar o resultado do projeto e o desempenho institucional.				
				Probabilidade	4 - Alta	
				Impacto	4 - Alto	
				Nível de Riscos	16	
Identificação dos Controles Existentes					Residuais	
Descrição do Controle Atual				Avaliação do Controle		
Apuração de carga horária dos participantes através do SIE, valores, formalidades, check list, assinaturas.				3-Controles implementados mitigam alguns aspectos do risco, mas não contemplam todos os aspectos relevantes do risco devido a deficiências no desenho ou nas ferramentas utilizadas		
				9,6		
Controles Propostos / Ações Propostas						
Descrição			Objetivo		Área Responsável pela Implantação	Agente Responsável
Atualizar o curso periódico de fiscalização de contratos.			Melhorar controle existente		DEMAPA	Alessandra Bavaresco
Como será implementado		Intervenientes	Custo Estimado	Indicador de Controle de Eficiência		Periodicidade de Avaliação da Eficiência dos Controles
Inserir na capacitação de fiscalização de contratos a necessidade de verificação da existência de conflito de interesse.		PRA, AGITTEC, GAPs, PROPLAN	-	Número de processos não devolvidos por erros formais, inconsistência, correções/complementação. Número de ocorrências relatadas, número de denúncias.		Anual
					Data de Início	Data de Conclusão
					01/03/2019	31/12/2019
					Status	Não iniciado

Identificação de Eventos de Riscos					Avaliação dos Riscos	
Processos	Área	Evento de Risco			Inerentes	
Convênios, acordos de parceria e contratos para execução de projetos	PRA, PROPLAN, AGITTEC, GAPs, Departamentos	Nepotismo e conflito de interesse na gestão e supervisão de projetos com repercussão financeira			Probabilidade	4 - Alta
Causa		Efeito/Consequência			Impacto	4 - Alto
Porque os servidores não querem assumir esse compromisso. Exige bastante responsabilidade e não há gratificação para a função. É um trabalho 'non grato'. Os servidores evitam assumir esse compromisso. Acabam ocorrendo trocas de favores e cruzamentos de funções entre projetos. Fiscal com vínculo familiar com o coordenador. Bolsistas com vínculo familiar com o coordenador. Favorecimentos cruzados entre projetos. Sensação de impunidade. Cultura do clientelismo. Insegurança para denunciar.		Aumento de custos, ilegalidade, desconhecimento da função, desvios de recursos, falta de isonomia, desrespeito ao interesse público. Danos à reputação institucional. Afetar o resultado do projeto e o desempenho institucional.			Nível de Riscos	16
Identificação dos Controles Existentes					Residuais	
Descrição do Controle Atual			Avaliação do Controle			
Apuração de carga horária dos participantes através do SIE, valores, formalidades, check list, assinaturas.			3-Controles implementados mitigam alguns aspectos do risco, mas não contemplam todos os aspectos relevantes do risco devido a deficiências no desenho ou nas ferramentas utilizadas		9,6	
Controles Propostos / Ações Propostas						
Descrição			Objetivo	Área Responsável pela Implantação	Agente Responsável	
Reformular as resoluções existentes buscando um melhor enquadramento legal, orientar os coordenadores, supervisores financeiros e diretores de unidades.			Melhorar controle existente	PROPLAN	Frank Leonardo Casado	
Como será implementado	Intervenientes	Custo Estimado	Indicador de Controle de Eficiência	Periodicidade de Avaliação da Eficiência dos Controles	Data de Início	Data de Conclusão
Estudo, planejamento, reformulação das resoluções já existentes e divulgação.	PRA, AGITTEC, GAPs, DEMAPA	-	Número de processos não devolvidos por erros formais, inconsistência, correções/complementação. Número de ocorrências relatadas, número de denúncias.	Anual	01/03/2019	31/12/2019
					Status	Não iniciado

Identificação de Eventos de Riscos					Avaliação dos Riscos		
Processos	Área	Evento de Risco			Inerentes		
Processo de aquisição / licitação	DEMAPA / Setores responsáveis por aquisições	Nepotismo nos processos de licitação e dispensa de licitação (bens e serviços)			Probabilidade	2 - Baixa	
Causa		Efeito/Consequência			Impacto	4 - Alto	
Favorecimento de parentes de até 3º grau. Os setores planejam o processo de licitação. Descentralização do processo e dificuldade de fiscalizar. Falta de uniformidade nos procedimentos. Sensação de impunidade. Cultura do clientelismo. Insegurança para denunciar. Descentralização das cotações.		Ilegalidade, favorecimento de parente, enriquecimento ilícito, falta de isonomia, parcialidade, injustiça, desrespeito ao mérito, desrespeito ao interesse público, não selecionar o melhor fornecedor, aumento de custos, danos à reputação institucional, prejuízos ao desempenho institucional.			Nível de Riscos	8	
Identificação dos Controles Existentes					Residuais		
Descrição do Controle Atual			Avaliação do Controle				
Ações de capacitação. Curso Ciclo da Contratação Pública.			4-Controles implementados e sustentados por ferramentas adequadas e, embora passíveis de aperfeiçoamento, mitigam o risco satisfatoriamente		3,2		
Controles Propostos / Ações Propostas							
Descrição			Objetivo	Área Responsável pela Implantação	Agente Responsável		
Transparência de todo o processo de licitações e contratações, bem como das dispensas de licitação na web			Melhorar controle existente	DEMAPA	Alessandra Bavaresco		
Como será implementado	Intervenientes	Custo Estimado	Indicador de Controle de Eficiência		Periodicidade de Avaliação da Eficiência dos Controles	Data de Início	Data de Conclusão
Ampliar a quantidade de informações disponibilizadas no site da UFSM para acesso da sociedade.	CPD, PRA		Notas de órgãos de controle, número de denúncias na Ouvidoria, número de processos na COPSIA.		Anual	01/03/2019	31/12/2019
						Status	Não iniciado

Identificação de Eventos de Riscos					Avaliação dos Riscos	
Processos	Área	Evento de Risco			Inerentes	
Nomeações para funções de livre nomeação e exoneração	Alta Administração	Nepotismo ou nepotismo cruzado na nomeação de cargos de direção e funções gratificadas não eletivo			Probabilidade	2 - Baixa
Causa		Efeito/Consequência			Impacto	4 - Alto
Servidores familiares presentes na UFSM até 3º grau. Não existência de código de ética local ou regulação sobre o assunto. Não verificação antes da nomeação. Sensação de impunidade. Cultura do clientelismo. Insegurança para denunciar.		Ilegalidade, favorecimento de parente, enriquecimento ilícito, falta de isonomia, parcialidade, injustiça, desrespeito ao mérito, desrespeito ao interesse público. Danos à reputação institucional, prejuízos ao desempenho institucional.			Nível de Riscos	8
Identificação dos Controles Existentes					Residuais	
Descrição do Controle Atual			Avaliação do Controle			
Inexistente.			1-Controles inexistentes, mal desenhados ou mal implementados		8	
Controles Propostos / Ações Propostas						
Descrição			Objetivo	Área Responsável pela Implantação	Agente Responsável	
Criar uma declaração de não impedimento/nepotismo, a ser preenchida pelo servidor que está sendo indicado para ocupar uma função de confiança.			Adotar controle novo	PROGEP	Márcia Helena do Nascimento Lorentz	
Como será implementado	Intervenientes	Custo Estimado	Indicador de Controle de Eficiência	Periodicidade de Avaliação da Eficiência dos Controles	Data de Início	Data de Conclusão
Reestruturar o fluxo, introduzindo a etapa de preenchimento e entrega da declaração de não impedimento/nepotismo para assumir função de confiança.	Comissão de Ética		Número de denúncias e processos administrativos relacionados ao risco.	Anual	01/03/2019	31/12/2019
					Status	Não iniciado

Identificação de Eventos de Riscos					Avaliação dos Riscos	
Processos	Área	Evento de Risco			Inerentes	
Controle patrimonial	Divisão de Patrimônio/DEMAPA e diversas áreas adquirentes	Peculato no uso do patrimônio institucional (bens adquiridos via Fundação de Apoio)			Probabilidade	4 - Alta
Causa		Efeito/Consequência			Impacto	4 - Alto
Falta de rigor na gestão dos materiais comprados por projetos da fundação. Não fiscalização da utilização de equipamentos institucionais. Cultura e entendimento da utilização de bem público (patrimonialismo). Fragilidades na gestão do patrimônio. Personificação e utilização particular de patrimônio da instituição. Sensação de impunidade. Insegurança para denunciar.		Prejuízos ao patrimônio público, enriquecimento ilícito, ilegalidade, danos à reputação institucional, prejuízos ao desempenho institucional.			Nível de Riscos	16
Identificação dos Controles Existentes					Residuais	
Descrição do Controle Atual			Avaliação do Controle		6,4	
Centralização, na divisão de patrimônio da UFSM, da recepção de bens adquiridos por projetos gerenciados pela FATEC.			4-Controles implementados e sustentados por ferramentas adequadas e, embora passíveis de aperfeiçoamento, mitigam o risco satisfatoriamente			
Controles Propostos / Ações Propostas						
Descrição			Objetivo	Área Responsável pela Implantação	Agente Responsável	
Manutenção do controle atual.			Manutenção do controle atual	Divisão de Patrimônio/DEMAPA	Zaloar Moraes	
Como será implementado	Intervenientes	Custo Estimado	Indicador de Controle de Eficiência	Periodicidade de Avaliação da Eficiência dos Controles	Data de Início	Data de Conclusão
Recepção e registro de bens adquiridos por projetos gerenciados pela FATEC no banco de dados da UFSM.	FATEC, PRA	-	Relação entre o número de bens adquiridos e o número de bens incorporados em definitivo ao patrimônio da UFSM	Anual	20/11/2018	31/12/2019
					Status	Em andamento

Identificação de Eventos de Riscos					Avaliação dos Riscos	
Processos	Área	Evento de Risco			Inerentes	
Controle patrimonial	Divisão de Patrimônio / DEMAPA e diversas áreas adquirentes	Peculato no uso do patrimônio institucional			Probabilidade	4 - Alta
Causa		Efeito/Consequência			Impacto	4 - Alto
Falta de rigor na gestão dos materiais comprados por projetos da fundação. Não fiscalização da utilização de equipamentos institucionais. Cultura e entendimento da utilização de bem público (patrimonialismo). Fragilidades na gestão do patrimônio. Personificação e utilização particular de patrimônio da instituição. Sensação de impunidade. Insegurança para denunciar.		Prejuízos ao patrimônio público, enriquecimento ilícito, ilegalidade, danos à reputação institucional, prejuízos ao desempenho institucional.			Nível de Riscos	16
Identificação dos Controles Existentes					Residuais	
Descrição do Controle Atual			Avaliação do Controle		Residuais	
Inventário patrimonial.			4-Controles implementados e sustentados por ferramentas adequadas e, embora passíveis de aperfeiçoamento, mitigam o risco satisfatoriamente		6,4	
Controles Propostos / Ações Propostas						
Descrição			Objetivo	Área Responsável pela Implantação	Agente Responsável	
Informatizar o inventário patrimonial e revisar a resolução de normas e procedimentos de controle patrimonial.			Melhorar controle existente	Divisão de Patrimônio/ DEMAPA	Zaloar Moraes	
Como será implementado	Intervenientes	Custo Estimado	Indicador de Controle de Eficiência	Periodicidade de Avaliação da Eficiência dos Controles	Data de Início	Data de Conclusão
Levantamento patrimonial mediante formulários online.	Núcleos de Patrimônio e Agentes de Carga Patrimonial, CPD, PRA	-	Mapeamento dos bens	Anual	01/03/2019	31/12/2019
					Status	Não iniciado

Identificação de Eventos de Riscos					Avaliação dos Riscos	
Processos	Área	Evento de Risco			Inerentes	
Ensino	Áreas acadêmicas	Plágio de trabalhos de produção acadêmica			Probabilidade	3 - Média
Causa		Efeito/Consequência			Impacto	3 - Médio
Falta de conscientização, sensação de impunidade, desmotivação com o tema/course, efeito negativo do produtivismo, não acompanhamento do orientador.		Formação deficiente (profissional e cidadã), diplomação sem atender aos requisitos de formação, prejuízos a imagem, processos de responsabilização.			Nível de Riscos	9
Identificação dos Controles Existentes					Residuais	
Descrição do Controle Atual			Avaliação do Controle			
Os professores utilizam programas farejadores de plágio.			2-Controles têm abordagens ad hoc, tendem a ser aplicados caso a caso, a responsabilidade é individual, havendo elevado grau de confiança no conhecimento das pessoas		7,2	
Controles Propostos / Ações Propostas						
Descrição			Objetivo	Área Responsável pela Implantação	Agente Responsável	
Adoção da plataforma com ferramenta eficaz de detecção de plágio para uso institucional (Google For Education).			Melhorar controle existente	PROGRAD	Martha Bohrer Adaime	
Como será implementado	Intervenientes	Custo Estimado	Indicador de Controle de Eficiência	Periodicidade de Avaliação da Eficiência dos Controles	Data de Início	Data de Conclusão
Aquisição e disponibilização ao professores. O recebimento dos trabalhos acadêmicos será pela ferramenta.	CPD, PRPGP, Coordenações de Cursos, Docentes	-	Número de plágios detectados pela ferramenta	Anual	01/07/2019	31/12/2019
					Status	Não iniciado

Identificação de Eventos de Riscos						Avaliação dos Riscos		
Processos		Área		Evento de Risco		Inerentes		
Ensino		Áreas acadêmicas		Plágio de trabalhos de produção acadêmica		Probabilidade	3 - Média	
Causa			Efeito/Consequência			Impacto	3 - Médio	
Falta de conscientização, sensação de impunidade, desmotivação com o tema/course, efeito negativo do produtivismo, não acompanhamento do orientador.			Formação deficiente (profissional e cidadã), diplomação sem atender aos requisitos de formação, prejuízos a imagem, processos de responsabilização.			Nível de Riscos	9	
Identificação dos Controles Existentes						Residuais		
Descrição do Controle Atual				Avaliação do Controle				
Os professores utilizam programas farejadores de plágio.				2-Controles têm abordagens ad hoc, tendem a ser aplicados caso a caso, a responsabilidade é individual, havendo elevado grau de confiança no conhecimento das pessoas				7,2
Controles Propostos / Ações Propostas								
Descrição			Objetivo		Área Responsável pela Implantação	Agente Responsável		
Será criada uma norma para dar diretrizes sobre plágio e autoplágio.			Melhorar controle existente		PRPGP	Thiago Ardenghi		
Como será implementado		Intervenientes	Custo Estimado	Indicador de Controle de Eficiência		Periodicidade de Avaliação da Eficiência dos Controles	Data de Início	Data de Conclusão
Já está sendo discutida e definida uma norma para dar diretrizes sobre plágio e autoplágio junto com outros órgãos da gestão.		CPD, PROGRAD, Coordenações de Cursos, Docentes	-	Número de plágios detectados		Anual	01/07/2019	31/12/2019
							Status	Não iniciado

Identificação de Eventos de Riscos					Avaliação dos Riscos	
Processos	Área	Evento de Risco			Inerentes	
Regime de trabalho docente	Servidores Docentes / PROGEP	Quebra de dedicação exclusiva dos docentes			Probabilidade	2 - Baixa
Causa		Efeito/Consequência			Impacto	3 - Médio
Falta de conscientização, negligência, sensação de impunidade, desmotivação, desídia, falha na alocação de encargos didáticos, convivência da chefia. Insegurança para denunciar.		Improdutividade, ilegalidade. Afetar o atendimento dos usuários, o desenvolvimento do trabalho da instituição e o desempenho institucional. Desrespeitar o interesse público.			Nível de Riscos	6
Identificação dos Controles Existentes					Residuais	
Descrição do Controle Atual			Avaliação do Controle		3,6	
1- Resolução 007/2018-UFSM 2- Termo de Compromisso de Regime de Dedicação Exclusiva assinado no momento da posse, declarando impedimento de exercício de outra atividade remunerada, exceto de atividades previstas em lei.			3-Controles implementados mitigam alguns aspectos do risco, mas não contemplam todos os aspectos relevantes do risco devido a deficiências no desenho ou nas ferramentas utilizadas			
Controles Propostos / Ações Propostas						
Descrição			Objetivo	Área Responsável pela Implantação	Agente Responsável	
1- Sensibilização junto às chefias de departamento acerca das consequências relacionadas à quebra do Regime de Dedicação Exclusiva. 2- Uso do sistema SeCI.			Melhorar controle existente	PROGEP	Márcia Helena do Nascimento Lorentz	
Como será implementado	Intervenientes	Custo Estimado	Indicador de Controle de Eficiência	Periodicidade de Avaliação da Eficiência dos Controles	Data de Início	Data de Conclusão
1- Planejamento e execução de capacitações para chefes de departamento. 2- Implantar o uso do sistema SeCI como forma de melhoria do controle	Chefes de Departamento, Coordenadores de Curso, Coordenadoria de Comunicação Social, Núcleo de Comunicação Integrada e COPSIA.	-	Número de denúncias, processos administrativos e auditorias relacionados ao risco. Sistema implantado.	Anual	01/03/2019	31/12/2019
					Status	Não iniciado

Identificação de Eventos de Riscos					Avaliação dos Riscos	
Processos	Área	Evento de Risco			Inerentes	
Pesquisa	AGITTEC, Grupos de Pesquisa	Quebra de sigilo e propriedade intelectual			Probabilidade	3 - Média
Causa		Efeito/Consequência			Impacto	4 - Alto
Vasamento de informações, desvio de resultados para a iniciativa privada		Perda de informações, perda de royalties.			Nível de Riscos	12
Identificação dos Controles Existentes					Residuais	
Descrição do Controle Atual			Avaliação do Controle		4,8	
Gestão dos processos de propriedade intelectual e orientação, capacitação, pareceres e assessoramento aos pesquisadores em seus contatos com empresas através do encaminhamento às Coordenadorias de Transferência de Tecnologia ou de Empreendedorismo de acordo com a necessidade.			4-Controles implementados e sustentados por ferramentas adequadas e, embora passíveis de aperfeiçoamento, mitigam o risco satisfatoriamente			
Controles Propostos / Ações Propostas						
Descrição			Objetivo	Área Responsável pela Implantação	Agente Responsável	
Qualificação de atuação da Coordenadoria de Transferência de Tecnologia			Melhorar controle existente	Coordenadoria de Propriedade Intelectual / AGITTEC	Lucio Strazzabosco Dorneles	
Como será implementado	Intervenientes	Custo Estimado	Indicador de Controle de Eficiência	Periodicidade de Avaliação da Eficiência dos Controles	Data de Início	Data de Conclusão
Atendimento individualizado aos pesquisadores durante os processos de proteção de propriedade intelectual e de transferência de tecnologia. Eventos de pequeno porte (palestras) serão oferecidos a grupos de pesquisa e/ou departamentos e/ou cursos, e eventos de grande porte serão oferecidos à comunidade em geral. Proteção e transferência de tecnologias, e orientação, capacitação, pareceres e assessoramento aos pesquisadores. Organização eventos (palestras, workshops etc) de divulgação sobre propriedade intelectual e sua importância na inovação e na transferência de tecnologia para PPGs, grupos de pesquisa, e comunidade da UFSM em todos os campi. Serão salientadas a conexão entre a proteção das tecnologias da UFSM e a transferência delas para a sociedade através dos empreendimentos capacitados.	Pesquisadores, coordenações de PPG e de cursos de graduação, direções de centros, chefias de departamentos.	R\$ 9.500,00 ao ano	Número de tecnologias transferidas, número de tecnologias licenciadas, número de tecnologias protegidas.	Anual	19/11/2018	31/12/2019
					Status	Em andamento

Identificação de Eventos de Riscos					Avaliação dos Riscos	
Processos	Área	Evento de Risco			Inerentes	
Contratos	DEMAPA e PROINFRA	Suborno e negligência na fiscalização de contratos			Probabilidade	2 - Baixa
Causa		Efeito/Consequência			Impacto	3 - Médio
Interesses particulares do servidor, servidor desmotivado, servidor com perfil inadequado para a função, servidor não capacitado, sensação de impunidade, falta de rigor no processo de execução e fiscalização.		Aumento de custos, ilegalidade, enriquecimento ilícito, serviços mal prestados, desrespeito ao interesse público. Danos à reputação institucional. Afetar o desempenho institucional.			Nível de Riscos	6
Identificação dos Controles Existentes					Residuais	
Descrição do Controle Atual			Avaliação do Controle		4,8	
Orientações mediante capacitação de gestores (cursos e seminários).			2-Controles têm abordagens ad hoc, tendem a ser aplicados caso a caso, a responsabilidade é individual, havendo elevado grau de confiança no conhecimento das pessoas			
Controles Propostos / Ações Propostas						
Descrição			Objetivo	Área Responsável pela Implantação	Agente Responsável	
Intesificação das orientações aos gestores.			Melhorar controle existente	DEMAPA	Alessandra Bavaresco	
Como será implementado	Intervenientes	Custo Estimado	Indicador de Controle de Eficiência	Periodicidade de Avaliação da Eficiência dos Controles	Data de Início	Data de Conclusão
Orientações sobre o assunto em cursos e pessoalmente	NED/PROGEP	-	Número de denúncias e processos de responsabilização	Anual	01/03/2019	31/12/2019
					Status	Não iniciado

Identificação de Eventos de Riscos					Avaliação dos Riscos	
Processos	Área	Evento de Risco			Inerentes	
Processo de aquisição / licitação	DEMAPA / Setores responsáveis por aquisições	Suborno em processos de licitação			Probabilidade	2 - Baixa
Causa		Efeito/Consequência			Impacto	2 - Baixo
Desmotivação do servidor, servidor com perfil inadequado para a função, servidor não capacitado, sensação de impunidade, falta de rigor no processo de licitação.		Aumento de custos, ilegalidade, enriquecimento ilícito, falta de isonomia, desrespeito ao interesse público. Danos à reputação institucional. Afetar o desempenho institucional.			Nível de Riscos	4
Identificação dos Controles Existentes					Residuais	
Descrição do Controle Atual			Avaliação do Controle			
Orientações mediante capacitação de servidores (cursos e seminários).			3-Controles implementados mitigam alguns aspectos do risco, mas não contemplam todos os aspectos relevantes do risco devido a deficiências no desenho ou nas ferramentas utilizadas		2,4	
Controles Propostos / Ações Propostas						
Descrição			Objetivo	Área Responsável pela Implantação	Agente Responsável	
Transparência de todo o processo de licitações e contratações, bem como das dispensas de licitação na web			Melhorar controle existente	DEMAPA	Alessandra Bavaresco	
Como será implementado	Intervenientes	Custo Estimado	Indicador de Controle de Eficiência	Periodicidade de Avaliação da Eficiência dos Controles	Data de Início	Data de Conclusão
Ampliar a quantidade de informações disponibilizadas no site da UFSM para acesso da sociedade.	CPD, PRA		Número de ocorrências	Anual	01/03/2019	31/12/2019
					Status	Não iniciado

Identificação de Eventos de Riscos					Avaliação dos Riscos	
Processos	Área	Evento de Risco			Inerentes	
Concurso e Seleção de servidores	PROGEP / Bancas de concurso	Suborno em processos de seleção e concurso de servidores			Probabilidade	2 - Baixa
Causa		Efeito/Consequência			Impacto	3 - Médio
Interesses particulares do servidor, servidor com perfil inadequado para a função, servidor não capacitado, sensação de impunidade, falta de rigor no processo de seleção e concurso.		Vazamento das informações dos envolvidos no processo de seleção. Apropriação de informações privilegiadas que gerem vantagem competitiva. Ilegalidade, enriquecimento ilícito, falta de isonomia, parcialidade, injustiça, desrespeito ao mérito, desrespeito ao interesse público. Não selecionar o melhor candidato. Danos à reputação institucional, prejuízos ao desempenho institucional.			Nível de Riscos	6
Identificação dos Controles Existentes					Residuais	
Descrição do Controle Atual			Avaliação do Controle		3,6	
1- Declarações dos membros das comissões examinadoras de concursos públicos docentes de que não possuem impedimento para participar das comissões, após terem conhecimento da listagem dos inscritos nos concursos, conforme previsto nos Art. 11 e 15 da Resolução 030/2013-UFSM. 2- Declarações dos membros das bancas examinadoras de concursos públicos de TAEs de que não possuem impedimento para participar das bancas.			3-Controles implementados mitigam alguns aspectos do risco, mas não contemplam todos os aspectos relevantes do risco devido a deficiências no desenho ou nas ferramentas utilizadas			
Controles Propostos / Ações Propostas						
Descrição			Objetivo	Área Responsável pela Implantação	Agente Responsável	
1- Aperfeiçoar a Resolução 030/2013-UFSM, que rege os concursos públicos docentes na UFSM. 2- Capacitação para os departamentos didáticos da UFSM e membros das bancas, quanto à importância de sigilo e ética necessários para a condução dos concursos.			Melhorar controle existente	PROGEP	Paula Borges Tronco	
Como será implementado	Intervenientes	Custo Estimado	Indicador de Controle de Eficiência	Periodicidade de Avaliação da Eficiência dos Controles	Data de Início	Data de Conclusão
1- Formar um grupo de trabalho para analisar e reformular a Resolução 030/2013-UFSM. 2- Planejar e ofertar cursos de capacitação.	PROGEP, Chefes de Departamento, Direções de Unidades, CLNs de unidades e CLN do CEPE.	-	Número de recursos e número de servidores capacitados.	Anual	01/03/2019	31/12/2019
					Status	Não iniciado

Identificação de Eventos de Riscos					Avaliação dos Riscos	
Processos	Área	Evento de Risco			Inerentes	
Atendimento ao cidadão	Todas	Tráfego de influência			Probabilidade	2 - Baixa
Causa		Efeito/Consequência			Impacto	3 - Médio
Usar do cargo na instituição para obter favores ou benefícios para si próprio ou para terceiros. Captar clientes para a atividade privada.		Fere a impessoalidade e a imagem institucional.			Nível de Riscos	6
Identificação dos Controles Existentes					Residuais	
Descrição do Controle Atual			Avaliação do Controle			
Inexistente.			1-Controles inexistentes, mal desenhados ou mal implementados		6	
Controles Propostos / Ações Propostas						
Descrição			Objetivo	Área Responsável pela Implantação	Agente Responsável	
Introdução de discussões relacionadas ao tema em encontros/eventos de gestores e no Seminário de Recepção e Integração de Novos Servidores.			Adotar controle novo	PROGEP	Márcia Helena do Nascimento Lorentz	
Como será implementado	Intervenientes	Custo Estimado	Indicador de Controle de Eficiência	Periodicidade de Avaliação da Eficiência dos Controles	Data de Início	Data de Conclusão
Introduzir a abordagem da temática em encontros e eventos.	NED/PROGEP	-	Número de servidores capacitados quanto ao tema. Número de denúncias, processos administrativos e auditorias relacionados ao risco.	Anual	01/03/2019	31/12/2019
					Status	Não iniciado

Identificação de Eventos de Riscos					Avaliação dos Riscos	
Processos	Área	Evento de Risco			Inerentes	
Ingresso e recepção de calouros	Cursos de Graduação	Trote acadêmico			Probabilidade	3 - Média
Causa		Efeito/Consequência			Impacto	3 - Médio
Cultura equivocada, ações de recepção e integração acadêmica abusivas e humilhantes		Coloca em risco a integridade física e psicológica dos calouros. Tratamento desrespeitoso e desumando aos novos alunos. Desacordo com os valores institucionais. Fere a imagem da instituição.			Nível de Riscos	9
Identificação dos Controles Existentes					Residuais	
Descrição do Controle Atual			Avaliação do Controle		Residuais	
O cursos aprovam as programações das recepções aos novos estudantes que são realizadas dentro dos campi, são realizadas campanhas de conscientização para evitar abusos, as denúncias são apuradas e são abertos processos administrativos disciplinares. A UFSM também criou o Código de Ética e Convivência Discente da Universidade Federal de Santa Maria em 2018 para coibir condutas discentes inadequadas. Há a Resolução n. 003/2000 que regulamenta a recepção de calouros.			4-Controles implementados e sustentados por ferramentas adequadas e, embora passíveis de aperfeiçoamento, mitigam o risco satisfatoriamente		3,6	
Controles Propostos / Ações Propostas						
Descrição		Objetivo		Área Responsável pela Implantação	Agente Responsável	
Campanhas preventivas semestrais a cada recepção de novos alunos.		Melhorar controle existente		PROGRAD	Martha Bohrer Adaime	
Como será implementado	Intervenientes	Custo Estimado	Indicador de Controle de Eficiência	Periodicidade de Avaliação da Eficiência dos Controles	Data de Início	Data de Conclusão
Em parceria com alunos da comunicação social, criar e divulgar informações por meio do canais de comunicação institucionais: rádio, TV, site, mídias sociais e e-mails.	Coordenações de curso, PRAE, PRE, FACOS, Coordenadoria de Comunicação Social, Gabinete do Reitor, DCE, Casa do Estudante		Número de ocorrências relatadas, número de denúncias	Anual	01/12/2018	31/12/2019
					Status	Em andamento

Identificação de Eventos de Riscos					Avaliação dos Riscos	
Processos	Área	Evento de Risco			Inerentes	
Conduta pessoal	Todas	Violência Física			Probabilidade	2 - Baixa
Causa		Efeito/Consequência			Impacto	2 - Baixo
Sentimentos exacerbados, conjuntura política, posicionamentos extremistas		Danos físicos e psicológicos. Afastamento dos estudos e/ou do trabalho. Sequelas. Sensação de insegurança. Danos à reputação institucional, prejuízos ao desempenho institucional. Destruição de reputação, adoecimento em acusações falsas.			Nível de Riscos	4
Identificação dos Controles Existentes					Residuais	
Descrição do Controle Atual			Avaliação do Controle		3,2	
São realizadas palestras por diversas unidades, são apuradas denúncias, se realizam campanhas na recepção de estudantes novos (Campanha Trote Sem Assédio). Há uma Comissão elaborando uma Política de Igualdade de Gênero para a UFSM sendo coordenada pela PRE. Há um grupo de estudos capacitando interessados para realizar mediação de conflitos.			3-Controles implementados mitigam alguns aspectos do risco, mas não contemplam todos os aspectos relevantes do risco devido a deficiências no desenho ou nas ferramentas utilizadas			
Controles Propostos / Ações Propostas						
Descrição			Objetivo	Área Responsável pela Implantação	Agente Responsável	
Promover de campanha de conscientização.			Melhorar controle existente	Comissão de Ética e CQVS/PROGEP	Daniel Arruda Coronel e Diana Sampaio	
Como será implementado	Intervenientes	Custo Estimado	Indicador de Controle de Eficiência	Periodicidade de Avaliação da Eficiência dos Controles	Data de Início	Data de Conclusão
Aumentar as campanhas de divulgação juntamente com outros órgãos da instituição, bem como aperfeiçoar os mecanismos de controle.	Coordenadoria de Comunicação Social, Gabinete do Reitor, Unidade de Comunicação Integrada		Número de denúncias, campanha criada	Anual	01/03/2019	31/12/2019
					Status	Não iniciado

